

MAÍRA CRISTINA CORREIA DA SILVA

**O BINÔMIO EXCLUSÃO E INCLUSÃO DIGITAL:
CARACTERIZAÇÃO, ASPECTOS E CRITÉRIOS PARA SUA
DEFINIÇÃO A PARTIR DE TREZE ÁREAS DO CONHECIMENTO**

CURITIBA

2005

MAÍRA CRISTINA CORREIA DA SILVA

**O BINÔMIO EXCLUSÃO E INCLUSÃO DIGITAL:
CARACTERIZAÇÃO, ASPECTOS E CRITÉRIOS PARA SUA
DEFINIÇÃO A PARTIR DE TREZE ÁREAS DO CONHECIMENTO**

Monografia apresentada à disciplina de Projeto de Pesquisa em Informação II como requisito parcial à conclusão do curso de Gestão da Informação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Leilah Santiago Bufrem

CURITIBA

2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Prof. Leilah, pela paciência, apoio e incentivo, mas principalmente pelos sábados, domingos, feriados e madrugadas dedicados à leitura e correção deste trabalho.

A todos os professores que de alguma forma colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, pelo carinho, compreensão e apoio.

Ao meu irmão Paulo, por todos os cd's emprestados, toda a paciência e todos os ensinamentos e explicações sobre utilização de programas e solução de problemas envolvendo cabos, usb ou não.

Ao meu irmão Fernando por estar sempre disposto a ajudar.

Ao Alexandre pelas aulas de estatística, por me brindar com sua companhia, suas discussões filosóficas e sábios conselhos. Pela sua exímia habilidade em resolver problemas técnicos relacionados a qualquer programa envolvendo o pacote Microsoft e claro, pelo fornecimento de tinta aos necessitados. Isso sem contar os convites para festas, churrascos, formaturas, viagens, etc. atrasando a execução dos trabalhos, mas proporcionando momentos agradáveis.

Ao Ricardo, por todos esses anos ao meu lado, pelas aulas de direito e latim. Por todas as histórias mirabolantes e extensas que me mantiveram com a mente distraída em períodos tensos e, claro, por ouvir todas as minhas histórias mirabolantes e extensas, mesmo estando ocupado.

Ao André Stinglin, por simplesmente ser a pessoa que é e por sempre me acordar de madrugada com mensagens de boa noite.

Ao Daniel, pela aquisição do playstation II e por sempre ter novos dvd's.

A amiga Danielle, pelas histórias divertidas e pelos brigadeiros.

A amiga Claudia, por sempre fazer pipoca doce e me ouvir.

A Caroline, por sua amizade e por sua paciência em revisar este trabalho.

A Claudia Camparim, por esses quatro anos de amizade e de trabalho em conjunto.

A amiga Rayane, por todas as dúvidas tiradas, todos os telefonemas atendidos e todos os sms enviados.

A Guillian pela ajuda na monografia, pela companhia nas caminhadas até o Centro Politécnico, pelos ensaios e pelo presente “néctar dos deuses”.

A Mikie pelas idéias inspiradoras.

Ao Leandro, pelas dúvidas tiradas, pelos gráficos impressos, pelos disquetes emprestados e por ser um amigo às vezes chato e implicante, é fato, mas mesmo assim querido.

A Janaína, pelos dois anos que me fez companhia na sala de aula, pela amizade além faculdade e pelos ensinamentos em html.

A Silvia, Sizar, Lilian, Elida, Paulo... todos que de uma forma se fizeram presentes nesses anos.

A cidade de Curitiba por ter sempre se mantido chuvosa e cinzenta, fazendo com que não houvesse ânimo para diversão nos finais de semana.

Por fim, agradeço ao Paulo César, por estar sempre presente, por passar madrugadas me ajudando a terminar este trabalho sem nenhuma reclamação. Sem este companheiro de todas as horas e momentos nada teria sido possível.

"Eu quase nada sei... mas desconfio de muita coisa"

(Guimarães Rosa)

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	ix
1 INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO	1
1.1 JUSTIFICATIVA.....	4
1.2 OBJETIVOS.....	5
1.2.1 Objetivo Geral.....	5
1.2.2 Objetivos Específicos.....	6
2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	8
2.1 DEFINIÇÃO DA PESQUISA.....	8
2.2 ETAPAS DA PESQUISA ENTRE OS DOCENTES.....	10
3 LITERATURA PERTINENTE	16
3.1 A EXCLUSÃO DIGITAL.....	17
3.1.1 Os Aspectos Culturais.....	18
3.1.2 Os Aspectos Sociais.....	22
3.1.3 Os Aspectos Educacionais.....	23
3.1.4 Os Aspectos Econômicos.....	25
3.1.5 Os Aspectos Políticos.....	26
3.1.6 Os Aspectos Psicológicos.....	27
3.1.7 Os Aspectos Tecnológicos.....	28
3.1.8 Os Aspectos Jurídicos.....	29
3.2 A INCLUSÃO DIGITAL.....	30
3.2.1 O Comitê para a Democratização da Internet.....	32
3.2.2 O Projeto “Sampa.org”.....	33
4 A PESQUISA ENTRE OS DOCENTES	35
4.1 PERFIL DOS DOCENTES.....	35
4.2 A EXCLUSÃO/INCLUSÃO DIGITAL NA VISÃO DOS DOCENTES.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51

REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE	59
ANEXOS	64

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – ESCOLARIDADE DOS DOCENTES.....	35
GRÁFICO 2 – FAIXA ETÁRIA DOS DOCENTES	36
GRÁFICO 3 – INTERFERÊNCIA DA EXCLUSÃO DIGITAL NO PROCESSO DE ENSINO	43
TABELA 1 – MODO COMO A EXCLUSÃO DIGITAL INTERFERE NO ENSINO.....	43
GRÁFICO 4 – EXISTÊNCIA DE "EXCLUÍDOS DIGITAIS" ENTRE OS ALUNOS DOS RESPONDENTES	44
TABELA 2 – PRÁTICAS PESSOAIS ADOTADAS PELOS DOCENTES EM RELAÇÃO AOS ALUNOS "EXCLUÍDOS DIGITALMENTE" ...	45
TABELA 3 – DEFINIÇÕES APRESENTADAS PARA A EXCLUSÃO DIGITAL	46

LISTA DE SIGLAS

- CDI – Comitê para Democratização da Internet
- EIC – Escola de Informática e Cidadania
- ENEC – Executiva Nacional dos Estudos de Computação
- FACEAR – Faculdade Educacional Araucária
- FVG – Fundação Getúlio Vargas
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- OECD – Organization for Economic Cooperation and Development
- ONG's – Organizações não-Governamentais
- TIC's – Tecnologias de Informação e Comunicação
- UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
- UFPR – Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Analisa o tema exclusão e inclusão digital, iniciando com um levantamento da literatura para identificar seus aspectos e critérios e, num segundo momento, estabelecer um comparativo com opiniões de docentes de treze departamentos da Universidade Federal do Paraná. Objetiva identificar critérios para a análise das características que separam um excluído de um incluído digital, reconhecendo, entretanto, que são aspectos indissociáveis. Selecionaram-se os departamentos de Administração, Antropologia, Ciências Sociais, Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Direito Público, Economia, Filosofia, Gestão da Informação, Informática, Planejamento e Administração Escolar, Psicologia, Teoria e Fundamentos da Educação e Teoria e Prática de Ensino. A escolha fundamentou-se a partir da literatura sobre o tema, verificando-se assim a predominância de aspectos relativos a essas áreas do conhecimento. O instrumento para a coleta é um questionário dividido em duas partes, sendo a primeira referente aos dados pessoais dos docentes e contendo três questões fechadas e a segunda organizada em seis questões, sendo cinco fechadas, mas com possibilidade do respondente discorrer sobre o assunto, e uma aberta de forma a obter a opinião dos pesquisadores sobre os temas exclusão/inclusão digital. Os questionários foram enviados por *e-mail* a todos os docentes de cada departamento escolhido. Teoria e prática são discutidas destacando os aspectos culturais, sociais, educacionais, econômicos, políticos, psicológicos, tecnológicos e jurídicos referentes à exclusão digital. Define inclusão digital e apresenta os projetos “Sampa.org” e “CDI”, como exemplos. Associa teoria e prática, buscando pontos comuns e a caracterização do tema. Estabelece-se uma análise crítica sobre o problema da exclusão digital e as distorções presentes nos projetos caracterizados como responsáveis pela inclusão digital de indivíduos.

Palavras-chave: exclusão digital, inclusão digital, tecnologia de informação e comunicação, critérios e aspectos para definição.

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

A humanidade convive com tecnologias de informação e comunicação há milhares de anos. Desde as primeiras trocas rudimentares de mensagens até o surgimento da Internet, o ser humano sempre procurou aperfeiçoar a comunicação de informações, passando por fases em que esta se baseava apenas em tecnologias já consideradas tradicionais, tais como o telégrafo, o telefone, o rádio e a televisão. Hoje, estes modos de comunicação convivem com tecnologias mais arrojadas.

A Internet surgiu somente em 1969 e inicialmente era utilizada como instrumento militar, já que facilitava a comunicação sem haver necessidade de um ponto fixo, ou seja, pode-se dizer que ela é uma rede sem comando central, em que todos os pontos se equivalem. Apesar de ter surgido no fim dos anos 60, foi a partir da década de 1990 que passou a figurar comercialmente no mundo. Este acontecimento foi chamado de “explosão da rede” ou “era da Internet”¹, surgindo assim várias empresas provedoras de acesso e uma avalanche de informações publicadas nessa rede que se tornou mundial. Pessoas com poder aquisitivo suficiente para adquirir esse tipo de tecnologia podiam estar conectadas com milhares de países, quebrando portanto barreiras políticas e recebendo informações constantemente atualizadas, podendo ainda conversar em tempo real através de uma ligação local com pessoas em vários lugares do mundo.

Junto com o aumento e/ou exploração comercial da Internet, está o computador, ou seja, esses fenômenos se completam, pois a partir do momento que a Internet se difundiu o computador se popularizou e tornou-se uma importante ferramenta não só de ensino e estudo como também de trabalho, passando a figurar no desenvolvimento de projetos dos mais diversos níveis.

Tendo em vista todas estas constantes mudanças científico/culturais no mundo atual, junto com as mais recentes tecnologias surgiu um novo problema para grande

¹ Período em que a Internet surge comercialmente em âmbito mundial.

parcela da população. A crescente desigualdade social e a falta de oportunidades fazem com que muitos vivam em um “universo paralelo”, estando alheios às inovações tecnológicas, tais como o computador e, conseqüentemente, a Internet.

A euforia causada pelo uso do computador e a praticidade que este oferece na execução das mais diversas tarefas deram lugar à preocupação com as pessoas marginalizadas pela sociedade atual, já que, junto com a evolução tecnológica estão os chamados “excluídos digitais”².

Sendo o uso doméstico e comercial de novas tecnologias algo recente, o termo “exclusão digital” também não poderia deixar de ser. Segundo Iuzuka (2003, p. 37) este termo foi utilizado pela primeira vez em 1995, na publicação de um artigo do jornal *Los Angeles Times*, sendo citado também no ano seguinte pelo então presidente americano, Bill Clinton.

No Brasil a preocupação com os excluídos digitais surgiu nessa mesma época, ou melhor, o tema começou a ser tratado a partir de 1990 mas, apenas no início de 1996, este passou a ser comentado com maior regularidade, especialmente na literatura periódica especializada, conforme análise preliminar efetuada em pesquisa exploratória sobre essa problemática³.

Em um mundo com tantas desigualdades, como bem ilustra o Brasil, onde vinte milhões de pessoas podem ser consideradas analfabetas e mais de 30% da população possui uma renda mensal de até R\$600,00⁴, se pode questionar: qual a situação da população em relação à evolução tecnológica? Ou melhor, quais as condições da parcela menos favorecida da população para obter aparelhos e cursos para aprender a utilizá-los, ou seja, sem acesso às novidades tecnológicas, na chamada era digital?

² Também chamados de infoexcluídos, “sem tela”, analfabetos digitais, entre outros. Na língua inglesa este termo origina-se de “*digital divide*” (divisão digital).

³ Análise a partir da utilização da Base de Dados BRES, construída pelo grupo de Professores de Educação e Pesquisa, do Departamento de Gestão da Informação.

⁴ Dados colhidos pelo IBGE. Análise sobre orçamentos familiares. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=p&o=8&i=P>>. Acesso: 23 de nov. de 2004.

A informação digital impulsionada pelo avanço tecnológico e pela globalização vem se tornando uma questão social em virtude daqueles que a ela não têm acesso. Por isso, cada vez com mais intensidade, políticas de inclusão vêm sendo discutidas para diminuição do analfabetismo digital que as desigualdades sociais causam. Vários levantamentos vêm sendo feitos para descobrir os números desta exclusão e qual seu impacto. A Fundação Getúlio Vargas (FGV –SP) realizou em 2003 um estudo sobre a exclusão digital. De acordo com os parâmetros determinados pela instituição, a exclusão digital não ocorre somente por ausência de acesso físico a computadores, acessórios e conexões, mas também a recursos adicionais que permitem um uso adequado da tecnologia.

Os recursos tecnológicos devem estar aliados ao esforço da comunidade em compreender as necessidades reais dos usuários, a existência de conteúdo relevante em idioma do grupo, o grau de instrução da população usuária, sua capacidade de leitura, entre outros. De acordo com as pesquisas, foi divulgado pela FGV que se podem considerar como incluídos digitais apenas 27 milhões de brasileiros (cerca de 15% da população). Em contrapartida, ao mesmo tempo em que apenas essa parcela da população pode ser considerada incluída, os brasileiros figuram nas pesquisas como um dos povos que mais tempo passam navegando na Internet (CARPANEZ, 2005a). Em um estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002) foram identificados alguns pontos para se explicar as possíveis razões para a exclusão digital no Brasil. Levaram-se em conta questões como opção própria, ou seja, pessoas com certa aversão à tecnologia, idade avançada e a conseqüente falta de paciência para aprender. Essas preferem estar à margem de tudo isso a lidar com os novos recursos tecnológicos. Além disso, fatores como falta de recursos financeiros ou até mesmo de ordem psicológica para adquirir ou lidar com a tecnologia, isolamento geográfico impedindo acesso aos recursos necessários para a utilização da tecnologia e por fim a violência e/ou criminalidade nas localidades mais pobres, foram considerados fatores determinantes para a exclusão digital.

Caberia perguntar, entretanto, se é coerente discutir a inclusão/exclusão digital em um país que ainda luta contra a fome. Quem são os excluídos digitais brasileiros? Não ter computador em casa é suficiente para classificar uma pessoa como excluída? Quais são os critérios adotados para afirmar que uma pessoa faz parte dos excluídos digitais?

Estas e outras questões sugerem que a exclusão digital é tema instigante e que projetos visando a inserir digitalmente a parte da população marginalizada da sociedade são realidade no Brasil. Entretanto, discussão e prática ressentem-se de critérios e parâmetros que estabeleçam quem é considerado um excluído digital, já que, por este ser um tema relativamente novo, há discordância na sua classificação, especialmente em relação aos aspectos que fundamentam a definição do tema, bem como aos critérios que definem a posição de um excluído ou incluído digital. Essa crença leva a pesquisadora a tentar cotejar o que se tem afirmado na literatura sobre o tema com a opinião de produtores de conhecimento, cujas preocupações incluem essa problemática, possibilitando assim a definição e caracterização do mesmo de acordo com a visão de cada área do conhecimento a ser estudada.

1.1 JUSTIFICATIVA

A inclusão digital é um termo difundido por todo o país. Procura-se argumentar que a tecnologia é o passaporte para o novo mundo, que não poderemos viver no novo milênio sem o domínio desta, pois a mesma tornou-se peça fundamental para o ingresso em uma comunidade globalizada, ou seja, todos pregam o acesso universal à tecnologia, sendo que grande parte da população ainda não tem acesso a ela.

Contudo, visando combater os fatores que provocam a existência dos chamados excluídos digitais, estão sendo concebidos planos de inclusão, oriundos de diversas instituições ou organizações, de caráter público ou privado. Tornaram-se cada vez mais frequentes notícias referentes a projetos criados para fornecer à população

(quase sempre alheia a toda essa discussão) acesso às novas tecnologias. Observando toda essa discussão sobre o tema pensou-se em realizar um estudo sobre os resultados dos projetos de inclusão digital realizados na cidade de Curitiba, porém, através de uma pesquisa bibliográfica verificou-se que os critérios adotados para a definição de quem são os excluídos digitais não estavam claros e autores apresentam opiniões divergentes quanto à distinção entre um chamado “incluído” e um “excluído”. Isso motivou a autora do presente trabalho a fazer uma revisão de literatura com o intuito de buscar parâmetros e critérios já definidos e compará-los com opiniões de professores que atuam em diversas áreas do conhecimento, acreditando que antes de uma análise sobre a inclusão digital é necessário fazer um estudo sobre os critérios de exclusão.

Acredita-se que a apresentação, o esclarecimento e a compreensão de critérios a partir deste trabalho poderão contribuir para que, com base em outros autores definam-se parâmetros para se classificar os excluídos digitais, além do que poderão ser esclarecidas algumas questões ainda não discutidas e relacionadas a aspectos sociais, econômicos ou tecnológicos que caracterizam a problemática.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos do presente trabalho desdobram-se em um de caráter geral e três específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

A partir de uma revisão na literatura especializada sobre o tema exclusão digital e tendo como suporte uma pesquisa feita com docentes da Universidade Federal do Paraná, procurar identificar e comparar aspectos que fundamentem a definição do tema, bem como identificar critérios para a análise dos elementos que separam um excluído de um incluído digital.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do presente trabalho são:

- a) definir exclusão/inclusão digital sob o ponto de vista de diversos autores, identificando assim os pontos coincidentes e contraditórios para a compreensão do tema;
- b) caracterizar de exclusão/inclusão digital sob a ótica de professores da Universidade Federal do Paraná dos departamentos de Administração, Antropologia, Ciências Sociais, Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Direito Público, Economia, Filosofia, Gestão da Informação, Informática, Planejamento e Administração Escolar, Psicologia, Teoria e Fundamentos da Educação e Teoria e Prática de Ensino.
- c) identificar as coincidências e contradições destacadas na literatura sobre exclusão/inclusão digital com o intuito de comparar com a opinião dos docentes das áreas pesquisadas, como fundamento para a compreensão do tema e definição de limites do que se considera inclusão e exclusão digital;

No capítulo denominado trajetória metodológica são apresentados os procedimentos adotados para que os objetivos propostos fossem cumpridos, definindo-se o tipo de pesquisa realizada e descrevendo as etapas de trabalho.

Posteriormente apresenta-se a literatura pertinente relativa ao tema exclusão digital, abordando seus aspectos culturais, sociais, educacionais, econômicos, políticos, psicológicos, tecnológicos e jurídicos, bem como se discorre sobre inclusão digital, visto que, tratam-se de temas indissociáveis. Como exemplos para ilustrar os projetos existentes para a inclusão de indivíduos relatam-se as propostas e objetivos dos projetos “Comitê para a Democratização da Informação” e “Sampa.org”, estes escolhidos por sua abrangência.

Em seguida apresenta-se a pesquisa realizada entre docentes da Universidade Federal do Paraná, buscando-se relacionar a teoria com os resultados obtidos na prática.

Por fim, apresentam-se as considerações finais da pesquisadora frente ao pesquisado, tentando-se estabelecer uma definição para o tema.

2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Segundo Bunge (1980, p. 35), “toda pesquisa científica, seja ela básica ou aplicada, é um processo que consiste na investigação de alguma coisa: átomos ou nuvens, células ou ecossistemas, sociedade ou idéias, etc. O processo de pesquisa é o que constitui os campos de pesquisa ou ciências”. Para que se elabore qualquer tipo de pesquisa, faz-se necessário preliminarmente realizar a revisão de literatura, podendo esta ser definida como um estudo que visa mostrar a capacidade de organização das opiniões de outros autores, relacionamento lógico e identificação de afinidades e/ou antagonismos entre eles, ou seja, a revisão de literatura consiste em se buscar conceitos dos mais diversos autores a fim de comparar as opiniões convergentes e divergentes a respeito do tema. Por isso antes da elaboração da pesquisa e aplicação de questionário, a autora procurou abordar os aspectos da inclusão e exclusão digital, sob seus diversos focos, a partir do que já foi publicado a respeito.

2.1 DEFINIÇÃO DA PESQUISA

Seguindo o critério de classificação das pesquisas, quanto a sua finalidade, os autores costumam identificar três grandes grupos de estudos: exploratórios, descritivos e explicativos. Pode-se dizer que esta pesquisa possui cunho tanto exploratório quanto descritivo, visto que, segundo Gil (1996, p.45) a pesquisa exploratória “têm por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” e a pesquisa descritiva: “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1996, p. 46). Portanto, trata-se de uma pesquisa exploratória por se pretender organizar e sistematizar as informações disponíveis sobre exclusão/inclusão digital.

Esta pesquisa, em um segundo momento, adquire caráter descritivo ao analisar e comentar as posições dos professores da Universidade Federal do Paraná das

seguintes áreas: Administração, Antropologia, Ciências Sociais, Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Direito Público, Economia, Filosofia, Gestão da Informação, Informática, Planejamento e Administração Escolar, Psicologia, Teoria e Fundamentos da Educação e Teoria e Prática de Ensino, áreas escolhidas por tratarem o problema da exclusão digital sob diferentes enfoques. Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa de campo por se utilizar a aplicação de questionários ao universo já determinado.

Para que os objetivos do presente trabalho fossem alcançados, buscou-se realizar uma composição teórica a partir de um conjunto diversificado de autores tendo em primeiro plano as publicações nacionais.

Como muitos autores associam a exclusão digital ao uso da Internet, afirmando, também, que a exclusão digital potencializa a exclusão social, sentiu-se a necessidade de apresentar conceitos relativos a esses temas.

A leitura de livros, teses, monografias, periódicos, artigos e buscas em bases de dados e em variados *sites*, com informações pertinentes aos propósitos deste estudo foi a base para a sistematização das idéias e organização deste texto.

Para a execução desse projeto seguiram-se os seguintes passos:

- a) identificação, análise e reflexão sobre o pensamento de autores da literatura nacional a respeito do tema;
- b) apresentação do discurso, identificando-se afinidades e contradições em relação à categoria selecionada, exclusão digital;
- c) organização lógica e sistemática dos pontos abordados, em relação ao tema;
- d) conclusões dos autores e próprias sobre os critérios indicativos e pontos relevantes relativos à exclusão digital;
- e) coleta de opiniões de professores da Universidade Federal do Paraná de áreas do conhecimento previamente selecionadas para se definir a exclusão/inclusão digital sobre diversos enfoques;

- f) cotejamento entre os resultados obtidos com o levantamento da literatura e a expressão do pensamento dos professores sobre os aspectos abordados.

A princípio foi feito um rastreamento na literatura, com o intuito de encontrar outros termos para definir exclusão e inclusão digital. Dessa busca descobriu-se que a pesquisa deveria ser feita a partir dos seguintes termos: “sem tela”, alfabetização digital, analfabetos digitais, *apartheid* digital, atraso tecnológico, ciberalfabetizados, ciberanalfabetos, ciberecluídos, ciberincluídos, democratização da informação, democratização da informática, dependência tecnológica, divisão digital (digital divide), exclusão digital, inclusão digital, independência tecnológica, infoexcluídos, infoexclusão, infoincluídos, privação, sociedade da informação e tecnopólio.

Definidos os termos de busca para a procura de fontes, fez-se um levantamento na literatura, priorizando as opiniões dos autores que mais se destacavam na argumentação do tema.

A partir desses procedimentos preliminares, foram explicitadas as opiniões dos autores, cujas contribuições destacam-se para a compreensão da problemática pertinente ao tema e procurou-se apontar as concordâncias e discordâncias presentes para, só então, se estabelecer critérios adotados para a delimitação da linha que separa um excluído de um incluído digital.

Procurou-se definir inclusão digital, visto que é impossível se falar em exclusão digital sem falar em inclusão, pois apesar de terem significados diferentes são como faces da mesma moeda.

Ao mesmo tempo em que se procurou fazer a revisão de literatura veio o desafio de selecionar e pesquisar entre professores universitários opiniões sobre a exclusão digital.

2.2 ETAPAS DA PESQUISA ENTRE OS DOCENTES

A pesquisa foi um processo composto de seis etapas. A primeira etapa

consistiu em se definir sob quais enfoques o tema exclusão/inclusão digital deveria ser abordado. Essa definição foi apoiada na pesquisa bibliográfica, que tem subsidiado este projeto e será desenvolvida durante todo o processo de pesquisa.

Na segunda etapa foi elaborado um questionário estruturado com nove questões, sendo uma questão aberta e oito questões fechadas, para o levantamento dos dados referentes às opiniões de docentes da Universidade Federal do Paraná, sobre o problema da exclusão digital. Justifica-se a escolha desta Universidade por representar uma congregação de saberes, relacionados a diferentes áreas do conhecimento, pela sua tradição de pesquisa no Estado e no País e, finalmente, por ser a instituição onde está sendo realizada a pesquisa, portanto, por estar a autora deste trabalho em contato mais próximo com os seus docentes. Nesta etapa ainda foram definidos os campos do conhecimento, conforme as áreas de cada Departamento.

Assim, a partir da lista dos departamentos da Universidade (anexo 1), foram selecionados os de Administração, Antropologia, Ciências Sociais, Comunicação Social com ênfase em Jornalismo, Direito Público, Economia, Filosofia, Gestão da Informação, Informática, Planejamento e Administração Escolar, Psicologia, Teoria e Fundamentos da Educação e Teoria e Prática de Ensino. Foram enviados questionários para quatrocentos e um professores, conforme composição no anexo 2.

A escolha dos departamentos verificou-se após a leitura de uma fração da literatura sobre o tema inclusão/exclusão digital, pela qual se procurou obter suporte teórico para definir o tema a partir de vários enfoques.

Faz-se necessário dizer que a amostragem dessa pesquisa tem caráter não probabilístico e intencional, o que se justifica, segundo Markoni e Lakatos (1990, p.47), quando “o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos da mesma”. O pesquisador, nesse caso, não se dirige, portanto, aos elementos representativos da população em geral, mas “àqueles que, segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de

opinião na comunidade”, ou seja, os resultados obtidos nessa pesquisa não podem ser generalizados, pois se referem especificamente às opiniões dos professores dos departamentos escolhidos da Universidade Federal do Paraná que responderam às questões formuladas na pesquisa.

Os componentes do grupo amostral (18,21% em relação ao total de 2.202 professores da UFPR), foram selecionados segundo o critério que considera o seu conhecimento sobre o tema. Embora esse procedimento seja crítico quanto à validade de seus resultados, isso é, a impossibilidade de generalizá-los, apresenta vantagens em relação ao custo e ao tempo despendidos (GIL, 1987, p. 93).

Para a coleta citada, escolheram-se professores universitários por se considerar que estes integram uma instituição em que ensino, pesquisa e extensão devem estar integrados, especialmente com vistas à construção do conhecimento, estando, portanto, sempre em contato com os assuntos emergentes na realidade, como no caso, a exclusão/inclusão digital. Considera-se também que professores universitários, pela sua capacidade crítica e na condição de intelectuais ativos, sejam pessoas esclarecidas e preparadas para opinar sobre o tema.

Para a formulação das perguntas do questionário foram analisados os principais problemas e aspectos evidenciados na pesquisa exploratória. As questões foram organizadas em dois blocos, o primeiro referente aos dados pessoais dos docentes e o segundo, organizado de forma a se obterem opiniões dos mesmos sobre os temas exclusão/ inclusão digital.

O primeiro bloco foi elaborado com três questões fechadas, sendo a primeira relativa à titulação, a segunda, à faixa etária e a terceira, ao departamento da Universidade Federal do Paraná ao qual o respondente está vinculado.

No segundo bloco foram elaboradas seis questões, sendo cinco fechadas, mas com possibilidade do respondente discorrer sobre o assunto, e uma aberta. A questão quatro buscou informações sobre conhecimentos ou não da existência de projetos de inclusão digital, bem como o nome dos projetos, caso a afirmativa seja verdadeira. A

quinta questão buscou informações relativas às barreiras existentes para melhor aproveitamento dos projetos de inclusão digital. A sexta questão visou à obtenção de informações relativas a fatores que podem ser considerados condicionantes da exclusão digital. A sétima questão pretendeu obter dados relativos à interferência ou não da exclusão digital no cotidiano de ensino do professor, assim como aos modos de interferência, caso essa resposta seja positiva. A oitava questão procurou saber se os professores envolvidos nesse universo de pesquisa consideram existir entre seus alunos alguém que se possa considerar excluído digital e, em caso afirmativo, buscou-se saber qual a prática pessoal do professor em relação a eles. Por fim, na nona e última questão solicitou-se ao professor respondente que definisse a exclusão digital sob seu ponto de vista.

Na terceira etapa, realizou-se um pré-teste, no período de 19 a 29 de julho, com o questionário desenvolvido, para a verificação da compreensão dos respondentes em relação ao exposto nas perguntas, a fim de que fosse constatado que o instrumento de coleta de dados realmente obteria as respostas necessárias. Foram escolhidos professores dos Departamentos de Gestão da Informação, Economia e Teoria e Práticas de Ensino, devido à proximidade da pesquisadora com esses docentes. Foram enviados dez questionários, mas só se obteve resposta de seis docentes, sendo dois do Departamento de Economia, dois do Departamento de Gestão da Informação e dois do Departamento de Teoria e Práticas de Ensino.

A partir da análise das respostas constatou-se que o questionário se encontrava estruturado de forma clara e que foram obtidas as respostas às questões formuladas.

Na quarta etapa, os chefes de cada um dos treze departamentos escolhidos foram contatados para que ficassem esclarecidos os objetivos da pesquisa. Optou-se por enviar o questionário a todos os professores para possibilitar um retorno mais expressivo e garantir que o universo da pesquisa englobe realmente todo o conjunto de professores dos departamentos selecionados.

Julgou-se procedente enviar o questionário por *e-mail* a todos os docentes dos

departamentos escolhidos e que estes tivessem o período de vinte dias para responder, sendo que as respostas recebidas após esse período seriam automaticamente excluídas.

Na quinta etapa foram enviados os questionários via *e-mail* para todos os docentes pertencentes aos departamentos selecionados pela pesquisadora, no período entre os dias 17 e 19 de setembro de 2005. Foram aceitas as respostas enviadas até o dia 09 de outubro de 2005

Foram enviados quatrocentos e um questionários, sendo cinquenta e sete para professores do Departamento de Administração, dezesseis para o de Antropologia, vinte e sete para o de Ciências Sociais, nove para o de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, quarenta e nove para o de Direito Público, quarenta e seis para o de Economia, vinte para o de Filosofia, dezessete para o de Gestão da Informação, trinta e um para o de Informática, trinta e nove para o de Planejamento e Administração Escolar, vinte e nove para o de Psicologia, vinte e nove para o de Teoria e Fundamentos da Educação e trinta para o de Teoria e Prática de Ensino.

Obtiveram-se cinquenta e cinco questionários respondidos (13,72% em relação ao número de questionários enviados), com os seguintes percentuais por departamento: 16,36% de Administração, 20,83% de Ciências Sociais, 33,33% de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, 2,56% de Direito Público, 8,70% de Economia, 18,75% de Filosofia, 47,06% de Gestão da Informação, 10,34% de Informática, 12,82% de Planejamento e Administração Escolar, 20% de Psicologia, 18,75% de Teoria e Fundamentos da Educação e 4,08% de Teoria e Prática de Ensino. Destaca-se que nenhum dos docentes do Departamento de Antropologia respondeu o questionário.

A seguir, na sexta etapa, procedeu-se a análise e a interpretação dos dados, fundamentadas na comparação dos mesmos, visando-se identificar os aspectos coincidentes e não-coincidentes relacionados aos critérios elencados pelos professores para definir inclusão/exclusão digital. Nesse processo, foram mapeadas as concepções comuns e as divergentes, sem que se perdessem de vista as vinculações com a

literatura sobre o tema e buscando-se relacioná-las com as áreas específicas.

Como fechamento do estudo, foram expostos os resultados do processo de pesquisa, suas considerações finais e sugestões para futuros estudos ou utilização dos critérios emanados da pesquisa.

3 LITERATURA PERTINENTE

Os termos exclusão e inclusão digital são muito discutidos no mundo atual e pode-se defini-los e analisar suas causas e seus efeitos pelos mais diversos ângulos, ou seja, cada área do conhecimento encara este problema privilegiando a abrangência temática e pontos de vista que lhes são condizentes.

É fácil perceber a indissociabilidade dos termos inclusão e exclusão na literatura. Assim, concorda-se com Popkewitz quando entende a inclusão/exclusão como um conceito único com pólos diferentes, mas relacionados. Sua análise permite verificar como os dois termos incorporam-se mutuamente. “O termo único inclusão/exclusão funciona como um ‘duplo’, cada um sendo uma contraparte do outro.” Desse modo, ele considera que “nenhum princípio é jamais totalmente inclusivo, e sim baseado em princípios de separação e diferenciação sobre que e o que ‘pertence’ ” (2001, p.131).

Portanto, embora se perceba a dificuldade de compreender o tema inclusão/exclusão isolando-se os dois elementos do binômio, esse exercício terá como propósito acolher os aspectos correntes na literatura para cada uma das categorias.

Procurando-se abordar a exclusão digital e seus diversos aspectos, será primeiramente conceituado o termo exclusão digital de um modo geral e posteriormente serão apresentados conceitos específicos referentes aos seus aspectos culturais, sociais, educacionais, econômicos, políticos, psicológicos, tecnológicos e jurídicos.

Na seqüência serão abordadas as tentativas de inclusão digital, procurando-se definir este termo e caracterizar o funcionamento desta iniciativa focando em dois grandes projetos que passaram a servir de apoio aos que neles se fundamentaram. São eles: “Sampa.org” e “CDI”.

3.1 A EXCLUSÃO DIGITAL

Nas décadas passadas as pessoas eram classificadas em dois grupos, o das alfabetizadas e o das analfabetas. Com o aparecimento das novas tecnologias, inicia-se o processo de separação em novos grupos, sendo eles, o grupo das pessoas que dominam e acompanham os avanços tecnológicos e o dos que não entendem a linguagem das máquinas (KALINKE, 2005, p. 6).

Muitos autores apresentam conceitos para a exclusão digital, apesar de haver certa dificuldade em se definir exatamente o que é e quem são os excluídos digitais, já que, no mundo atual, os avanços tecnológicos geram novas modalidades de aprender e ensinar. O que era novidade torna-se obsoleto com o passar de alguns meses, sendo difícil para a população acompanhar essas constantes mudanças, podendo se dizer que as tecnologias crescem numa progressão geométrica enquanto a população se recicla tecnologicamente em uma progressão aritmética.

Iizuka (2003, p. 38) em seu estudo utiliza-se da seguinte definição: “a exclusão digital refere-se à distância entre indivíduos, famílias, empresas e regiões geográficas em diferentes níveis sócio-econômicos com respeito, simultaneamente, às suas oportunidades de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s) e o uso da Internet para uma ampla variedade de ações e atividades”⁵, ou seja, podemos dizer que a exclusão digital é o fosso que separa as pessoas que conseguem lidar com sucesso com as novas tecnologias das que não tiveram a oportunidade ou que não detenham o conhecimento para isso (STANTON, 2001).

Na tentativa de contribuir para a definição de excluídos digitais, a Executiva Nacional dos Estudos de Computação – ENEC – (2005, p. 42), expõe que:

⁵ Definição criada pela Organization for Economic Co-operation and Development. OECD. Understanding the digital divide. Disponível em: <http://www.oecd.org/document/51/0,2340,en_21571361_34590630_1814131_1_1_1_1,00.html>. Acesso em 04 nov. 2005.

Do mesmo modo que se convencionou tratarmos desprovidos dos bens básicos como marginais à sociedade estabelecida, os excluídos digitais se apresentam como marginais aos meios de acesso à informação e geração de conhecimento. Com efeito, estes excluídos estão alheios ou dificilmente se revelam aos processos de alcance das necessidades subsistenciais, de cidadania, de interação social e de consciência do mundo em volta.

Sobre as causas da exclusão digital, Ferreira (2002, p. A3) afirma que “a exclusão digital no Brasil é consequência de uma combinação de fatores que inclui principalmente desigualdades socioeconômicas, escassez de infra-estrutura tecnológica, custos elevados de acesso e falta de conhecimentos básicos para a utilização de conteúdo de Internet”.

Complementando esta definição, Schwartz (2000, p. B2) afirma que “a exclusão digital não é ficar sem computador ou telefone celular. É continuarmos incapazes de pensar, de criar e de organizar novas formas, mais justas e dinâmicas, de produção e distribuição de riqueza simbólica e material”.

Através de uma pesquisa que realizou no ano de 2003, em que procurou traçar um mapa dos excluídos digitais⁶, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) definiu como sendo excluídas digitais as pessoas sem acesso ao computador e/ou a Internet. Esse estudo mostrou que o acesso ao mundo digital segue a desigualdade social do Brasil, ou seja, as regiões consideradas “menos desenvolvidas” (como a região Norte e Nordeste) apresentam maior número de pessoas consideradas excluídas digitais do que regiões consideradas “mais desenvolvidas” (região Sul, Sudeste e Distrito Federal).

Ao se falar em exclusão digital, pode-se analisar o tema sobre diversos enfoques, conforme o ponto de vista que é analisado: cultural, social, educacional, econômico, político, psicológico, tecnológico e jurídico.

3.1.1 Os Aspectos Culturais

Pode-se afirmar que a cultura está relacionada com o fato não apenas do homem fazer parte do universo, mas dele se destacar, criando seu próprio modo de

⁶ O Mapa da Exclusão Digital está disponível no site do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (www.fgv.br/cps).

vida. Conforme Eliot (1988, p. 118) “a cultura nunca pode ser totalmente consciente – sempre há mais daquilo de que temos consciência; e não pode ser planejada porque é também o suporte inconsciente de todo o nosso planejamento”. Complementando esta definição o autor expõe que:

o termo cultura tem associações diferentes segundo tenhamos em mente o desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, de toda uma sociedade. Parte da minha tese é que a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe, e que a cultura do grupo ou classe depende da cultura da sociedade a que pertence este grupo ou classe. (ELIOT, 1988, p. 33)

Na concepção de Ribeiro (1978, p. 127) a cultura é definida como:

a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo co-participado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento de subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que seus membros explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e motivam para a ação. Assim concebida, a cultura é uma ordem particular de fenômenos que tem de característico sua natureza de réplica conceitual da realidade, transmissível simbolicamente de geração a geração, na forma de uma tradição que provê modos de existência, formas de organização e meios de expressão a uma comunidade humana.

E complementa expondo que “a cultura de uma sociedade é o conjunto integrado dessas tradições diferenciadas através dos quais seus diversos componentes contribuem para o preenchimento de suas condições de existência” (RIBEIRO, 1978, p. 128).

Portanto, pode-se dizer que embora o ser humano possua sua individualidade, está integrado aos costumes da sociedade em que está inserido. Partindo desta idéia, Laraia (2004, p. 59) elabora uma síntese de Shlins, Harris, Carneiro, Rappaport, Vayda e outros, ao afirmar que cultura pode ser definida como padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar a comunidade humana a determinado meio. Deste modo, pode-se concluir que a cultura é algo que já está introduzida em determinadas comunidades, fazendo com que certas atitudes em relação a algo sejam uma constante, pelo menos naquele ambiente em comum.

Complementando essa definição, Benedict (1998, p.19) afirma que “as lentes através das quais uma nação olha a vida não são as mesmas que uma outra usa. É

difícil ser consciente com os olhos através do quais olhamos”. Laraia (2004, p. 67), baseando-se nessa afirmação de Benedict, argumenta que “homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas”.

Para exemplificar sua posição o mesmo autor expõe que:

a floresta amazônica não passa para o antropólogo - desprovido de um razoável conhecimento de botânica - de um amontoado confuso de árvores e arbustos, dos mais diversos tamanhos e com uma imensa variedade de tonalidades verdes. A visão que um índio Tupi tem deste mesmo cenário é totalmente diversa: cada um desses vegetais tem um significado qualitativo e uma referência espacial. Ao invés de dizer como nós: ‘encontre-me na esquina junto ao edifício X’, eles freqüentemente usam determinadas árvores como ponto de referência. Assim, ao contrário da visão de um mundo vegetal amorfo, a floresta é vista como um conjunto ordenado, constituído de formas vegetais bem definidas. (LARAIA, 2004, p.67)

O mesmo ocorre quando se analisa o uso dos computadores. Fatores culturais impedem a inclusão digital, pois como o computador não está presente na realidade de determinados indivíduos, é considerado apenas um equipamento sem serventia.

Laraia (2004, p. 68) defende que “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”, portanto, pelo fato de que cada sociedade tem um modo de vida, seria impossível impor determinados hábitos. Por exemplo, na comunidade indígena, antes de se definir que os índios precisam ser incluídos digitalmente é necessário analisar os outros problemas envolvidos.

Na visão de Certeau (2003, p. 194), os elementos que definem as diferenças culturais são “comportamentos, instituições, ideologias e mitos que compõem quadros de referência e cujo conjunto, coerente ou não, caracteriza uma sociedade como diferente das outras”. Tais diferenças atribuídas aos modos de expressão da cultura coincidem com a concepção de Hall (2004, p. 50), voltada para as construções culturais: “a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve

instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional”.

Logo, as características comuns de comportamentos servem para o agrupamento de indivíduos em determinados “clãs”. Na visão de Laraia (2004, p. 45) “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é herdeiro de um longo processo acumulativo”, processo que, ao refletir o conhecimento e a experiência adquiridos pelas gerações que o antecederam, também define o desenvolvimento da “cultura” que, por sua vez, ocorre a partir de todo um processo de aglomeração de características, visão de mundo e preceitos. Complementando que “todo sistema cultural tem sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro. Infelizmente, a tendência mais comum é de considerar lógico apenas o próprio sistema e atribuir aos demais um alto grau de irracionalismo” (LARAIA, 2004, p. 87)

As barreiras de natureza cultural, intervenientes nos processos de inclusão digital são dificilmente transpostas por estarem diretamente envolvidas com fatores que muitas vezes envolvem aspectos éticos e morais relacionados a determinados hábitos sócio-culturais. No que se refere à exclusão digital, esses aspectos podem interferir positiva ou negativamente, embora predominem as dificuldades quando não forem devidamente analisados em planejamento prévio. Com base nessas premissas, pode-se afirmar que o uso do computador tem que ser inserido conforme certos hábitos de vida.

Na realidade do Brasil há inúmeras formas de conduta e os modelos culturais mudam progressivamente de uma região para outra (BUENO, 2005, p. 24), podendo-se dizer que se trata de um país heterogêneo.

Os aspectos culturais podem ser associados também aos aspectos sociais, pois a falta de esclarecimentos a determinados nichos sociais sobre as questões tecnológicas faz com que indivíduos permaneçam alheios às discussões referentes à inclusão digital.

3.1.2 Os Aspectos Sociais

A popularização dos computadores e a febre chamada Internet provocaram uma profunda mudança na vida das pessoas, mas para a maioria delas esse instrumento pode ter sido um meio de separação ainda maior. Sette (2000, p. A3) apresenta a seguinte preocupação:

Enquanto o computador e a Internet beneficiam milhões de pessoas, bilhões de outras estão sendo deixadas à margem desse processo. No Brasil apenas 3 em cada 100 pessoas têm acesso à Internet. Trata-se de uma exclusão que vai além das tradicionais questões de raça, cor, religião e origem: a exclusão digital. Com a euforia, chega à constatação de que o momento exige uma reflexão de como vamos reduzir a distância entre os mais ricos e os mais pobres, já que a revolução tecnológica traz em si um enorme potencial para agravar a situação já bastante crítica.

O Brasil é um país de grandes contradições, ao mesmo tempo em que é conhecido por suas experiências que dizem respeito ao desenvolvimento de novas tecnologias da informação, tais como, automação bancária, sistema eleitoral digital e criatividade para o desenvolvimento dos mais diversos tipos de projetos de inclusão digital, figura nas pesquisas como um dos países da América Latina que apresenta menor índice de pessoas com acesso a computadores. (CABRAL Jr.) Como isso é possível? A má distribuição de renda, a concentração de oportunidades a moradores de grandes centros, a luta contra o analfabetismo (tanto convencional quanto o funcional) e tantos outros problemas de cunho social podem ser considerados valores expressivos ao se tratar da exclusão digital. Silveira (2003, p. 18) afirma que:

a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede, sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional. Estar fora da rede é ficar fora dos principais fluxos de informação. Desconhecer seus procedimentos básicos é amargar a nova ignorância.

O autor afirma ainda que a revolução tecnológica “não apenas pode consolidar desigualdades sociais como também elevá-las, pois aprofunda o distanciamento cognitivo entre aqueles que já convivem com ela e os que dela estão apartados” (SILVEIRA, 2003, p.16).

Parte-se do princípio que todos estão familiarizados com o uso do computador e da rede, potencializando assim a exclusão social e fazendo com que a sociedade aprofunde os aspectos de marginalização a pessoas de baixa renda.

Leite e Santoro (2003, p. 28) colocam a importância atual da tecnologia com a seguinte afirmação “a geração de conhecimento e tecnologia são fatores relevantes na produção da riqueza de uma nação. É por meio deles que um país atinge níveis sócio-econômicos mais elevados”. Pode-se afirmar, portanto, que a exclusão digital está, em muitos casos, ligada à exclusão social, e que esta, por sua vez, pode relacionar-se também com as questões educacionais.

3.1.3 Os Aspectos Educacionais

A existência, tanto de analfabetos quanto de analfabetos funcionais, potencializa a exclusão digital, pois antes da população estar preparada para a aprendizagem relativa aos recursos computacionais é necessário que esteja apta para receber e absorver as informações que envolvem este universo. Conforme Kalinke (2005, p. 6) “corre-se o risco de criar um abismo imenso, não entre os que dominam a máquina e os menos aptos para este fim, mas entre estes e os que nem sequer sabem assinar o próprio nome”.

Para que o Brasil possa superar o atraso tecnológico, torna-se indispensável o desenvolvimento no seu modelo educacional (LEITE e SANTORO, 2003, p.30).

Prega-se que o uso do computador na educação serve como estímulo à aprendizagem, sendo uma importante ferramenta em todo processo educacional, mas as escolas não oferecem subsídios para a inserção desse novo método de ensino-aprendizagem.

De acordo com Silveira “a sociedade é cada vez mais a sociedade da informação e os agrupamentos sociais que não souberam manipular, reunir, desagregar, processar e analisar informações ficarão distantes da produção do conhecimento, estagnados ou vendo se agravar sua condição de miséria”. O autor

complementa argumentando que “é preciso inserir as pessoas no dilúvio informacional das redes e orientá-las sobre o conhecimento” (2003, p. 21), sendo, portanto, o aspecto educacional condicionante ao estado de exclusão, visto que, é um fator essencial ao se analisar a capacidade de se processar criticamente o volume de informações que a rede pode apresentar e a partir disto gerar conhecimento.

Na concepção de Kalinke (2005, p. 9) “precisamos ter uma visão mais ampla de tecnologia educacional do que apenas relacioná-la à utilização do computador para facilitar a visualização de algumas imagens ou melhorar a apresentação de alguns trabalhos”, ou seja, a falta de elementos preparatórios na educação está intimamente ligada com a exclusão digital, pois a partir disto é que se define o como usar tudo o que o computador e, conseqüentemente, a Internet podem oferecer.

Conforme Amorin, citado por Leite e Santoro (2003, p. 31), deve-se buscar formar indivíduos críticos, “pessoas capazes de reformular conhecimentos e expressar-se criativa e apropriadamente, assim como devem ser capazes de produzir e gerar informação, ao invés de meramente compreendê-la”. Os mesmos autores enfatizam que a partir das mudanças educacionais deve-se democratizar o conhecimento tendo como ferramenta de apoio os meios computacionais (LEITE e SANTORO, 2003, p. 31).

Os vínculos entre práticas educativas e tecnologias têm se estreitado cada vez mais, podendo-se dizer que isto ocorre por pelo menos duas razões: os avanços tecnológicos na comunicação e informática e as mudanças no sistema produtivo, envolvendo novas qualificações e, conseqüentemente, novas exigências educacionais (BRITO, 2005, p. 21).

Portanto, os aspectos educacionais podem ser considerados como elemento-chave para a inclusão de pessoas marginalizadas à sociedade digital, isto porque não adianta acesso às tecnologias e renda se não há acesso à educação, pois só então o indivíduo deixa de ter um papel passivo e passa a atuar como um produtor de conhecimentos, bens e serviços (SILVA FILHO, 2003).

Por outro lado, a análise dos aspectos educacionais da exclusão digital pode ser associada a fatores também de ordem econômica.

3.1.4 Os Aspectos Econômicos

Os fatores econômicos não devem ser encarados isoladamente como condicionantes à exclusão digital. Pode-se considerar que ser um incluído digital não é apenas possuir equipamento e, conseqüentemente, possuir recursos financeiros para aquisição destes, mas também saber utilizar o computador como instrumento gerador de conhecimento, ou seja, pode-se dizer que ao se classificar uma pessoa como “excluída” ao invés de “incluída” o uso que um indivíduo faz do computador pode ser levado em conta.

Contudo, os fatores econômicos influenciam e potencializam a exclusão digital, podendo prejudicar iniciativas de Organizações não-Governamentais (ongs) e até mesmo do governo para promover a inclusão. Ilustrando essa afirmativa, Silveira (2003, p. 25) argumenta que “o agravamento da desigualdade tecnológica na era da informação ocorre por fatores históricos, econômicos e políticos, mas é sustentado pela exclusão do conjunto da população ao acesso às tecnologias e de seu desenvolvimento”.

Dimenstein (2001) afirma que “uma das dimensões da exclusão social é a perversa seletividade de acesso à educação e à tecnologia, que limita as possibilidades de os indivíduos de baixo poder aquisitivo prosperarem profissionalmente”, visto que, pode-se dizer que os novos limites para o analfabetismo incluem a capacidade dos indivíduos lidarem com a informática, generalizada no trabalho.

A falta de condições econômicas e a conseqüente ausência de políticas públicas para diminuição da exclusão digital potencializam o problema.

3.1.5 Os Aspectos Políticos

Com a chamada “febre da Internet” e com a expansão do uso da tecnologia nas mais diversas tarefas tornou-se crescente a preocupação do Estado com a população que não tem acesso a esse novo “mundo tecnológico”.

Em âmbito mundial, as primeiras evidências de preocupação com os chamados “excluídos” originaram-se nos Estados Unidos da América. Aparentemente um fenômeno contraditório, pois este país é considerado o berço do desenvolvimento de novas tecnologias, onde se percebem grandes diferenças sócio-econômicas, sugerindo que esses problemas afetam até os chamados “países de primeiro mundo”.

No Brasil a preocupação com a exclusão digital entre as camadas sem acesso à tecnologia começou no governo que se iniciou no ano de 1995 e terminou no ano de 2002, coincidindo com a emergência do tema no mundo. A partir do início do mandato do atual Presidente (no ano de 2003) notícias referentes a projetos de inclusão tornaram-se mais freqüentes, contudo não se pode associar este fato apenas a um possível cunho social de maior destaque neste governo, pois de fato os problemas relacionados à exclusão digital começaram a emergir com maior freqüência no cenário nacional neste mesmo período.

Pode-se dizer que existe certa mobilização do governo em prol da população, isto é, ainda faltam políticas públicas específicas e ação para os programas que já existem no papel. Como exemplo temos o Programa Sociedade da Informação, desenvolvido a partir de um estudo do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e instituído pelo Decreto 3294, em 15 de dezembro de 1999. De acordo com Takahashi (2000, p.10), o objetivo deste programa é “integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias da informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global”.

A inclusão digital figura como item do Plano de ação elaborado para a implantação do Programa Sociedade da Informação⁷, com o intuito de promover o acesso à Internet a todas as camadas da sociedade, bem como propagar a utilização de softwares livres⁸ (ENEC, 2005), mas o fato é que, por mais que se tenham definidos alguns passos para a inserção de pessoas marginalizadas e por mais que se criem programas que tentam incluir essas camadas, não existe continuidade em muitos programas ligados ao governo, devido às mudanças de poder.

3.1.6 Os Aspectos Psicológicos

Fatores de natureza psicológica também podem levar à condição de exclusão digital, visto que, com o nascimento da tecnologia surgiram não só pessoas que não possuem situação econômica para acesso a ela, como também pessoas com aversão à tecnologia.

Indivíduos já discriminados pela sociedade por outros fatores passam a ver o uso do computador como um item de maior segregação, o que provoca uma sensação de incapacidade para lidar com novas tecnologias por já se sentirem oprimidas de alguma forma.

Pode-se dizer também que a idade influencia na exclusão digital. Conforme Staszko (2005, p. 35) “as pessoas idosas de hoje talvez nunca tenham tido muita intimidade com a tecnologia da microeletrônica. Assim, podem manifestar medo ou ansiedade diante de aparelhos microeletrônicos”. Neste século, as crianças já convivem com as novas tecnologias desde que nascem, não se sentindo intimidadas com o uso do computador, já pessoas de idade mais avançada, sentem-se muitas vezes inseguras quando o assunto é tecnologia, tanto por falta de paciência em aprender quanto por não conseguir entender claramente o funcionamento lógico desses novos

⁷ Maiores informações podem ser encontradas no “Livro verde”: TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: MCT, 2000.

⁸ É o *software* disponível com a permissão para qualquer pessoa usá-lo, copiá-lo, e distribuí-lo, seja na sua forma original ou com modificações, seja gratuitamente ou com custo.

aparelhos, passando assim a ter medo de lidar com estes novos recursos.

3.1.7 Os Aspectos Tecnológicos

O surgimento da Internet revolucionou os meios de comunicação, causando uma grande transformação na nossa sociedade. Conforme Castells (2002, p. 433) “a internet, em suas diversas encarnações e manifestações evolutivas, já é o meio de comunicação interativo universal via computador da Era da Informação”.

Sobre o papel que as novas tecnológicas ocupam em nossa sociedade, Lastres (1999, p. 105) comenta:

Assiste-se, a partir da década de 1970, à conformação de uma nova dinâmica tecnológica internacional, com a substituição paulatina de tecnologias intensivas em material e energia de produção estandardizada e de massa, características do ciclo de desenvolvimento anterior baseado no petróleo abundante e barato, para as tecnologias intensivas em informação, flexíveis e computadorizadas, associadas ao paradigma baseado na microeletrônica. (...) Uma vez que um crescente número de empresas se vem confrontando com novas trajetórias, pelo advento das novas tecnologias, a necessidade de informação sobre futuros desenvolvimentos torna-se ainda mais vital. Portanto, o acesso a uma ampla base de informações conhecimentos científicos e tecnológicos, que se constituía numa vantagem no passado, tornou-se uma necessidade fundamental no presente.

As novas tecnologias já fazem parte do mundo atual, desde as tarefas mais banais do cotidiano até as mais complexas o computador está envolvido em algum nível do processo.

A diversidade de aparelhos, as tecnologias, os sistemas e as constantes inovações na área tecnológica podem ser considerados como fatores excludentes para quem não possui conhecimentos básicos necessários referente à utilização, aproveitamento de potencialidades e solução de problemas referentes às TIC's.

Rêgo (2005) coloca a questão tecnológica argumentando que “mais do que discutir padrões e tecnologias, é necessário e fundamental considerar como ela poderá proporcionar ao conjunto da sociedade uma expressão mais livre, plural e democrática”, ou seja, mais do que discutir o uso da tecnologia é necessário democratizá-la.

Complementando o exposto, Romero (2002) defende que

“(...) a inovação tecnológica passou a ser considerada como elemento importante de um processo "sócio-organizador" através do qual os conhecimentos científicos se transformariam em produtos e serviços para atender às necessidades do aparato produtivo e da sociedade. Nessa perspectiva, o problema central no campo da ciência e tecnologia seria criar "soluções tecnológicas" adequadas às aspirações e possibilidades de uma sociedade em função da sua concepção de desenvolvimento”.

O simples fato de não possuir acesso freqüente ao computador como, por exemplo, acesso na residência do indivíduo, não é suficiente para determinar a exclusão digital, mas seria um fator limitante, bem como a falta de uma legislação específica e leis de incentivo para a inclusão digital.

3.1.8 Os Aspectos Jurídicos

A Constituição Federal visa estabelecer leis que protejam as pessoas e, por consequência, imponham limites à atuação estatal. Tenta-se adequar a legislação brasileira a esse novo período, em que a tecnologia está presente no cotidiano da população, ou seja, vê-se a necessidade de mudanças para garantir uma política de inclusão de indivíduos.

De acordo com a Lei de Acessibilidade nº 10.098/00, é necessário criar normas que garantam a acessibilidade a sítios de interesse público. Nota-se a crescente preocupação governamental e legislativa para a criação de leis específicas envolvendo o uso do computador e da Internet, não só para aumentar a abrangência do uso da tecnologia em todas as camadas da população, como também para regularizar as práticas relacionadas ao uso da tecnologia.

Conforme Projeto de Lei 240/2003 do Senador Antônio Carlos Valadares para a inclusão digital é necessário estabelecer diretrizes e bases para a educação nacional, para então determinar a adoção de políticas específicas de acesso.

A exclusão digital, portanto, encontra-se relacionada a diversos fatores e não a um isoladamente, podendo ser destacado arbitrariamente um aspecto, é fato.

Entretanto, para se combater a exclusão não basta focar apenas uma vertente do problema, é necessário oferecer subsídios que englobem todos os fatores que a condicionam.

3.2 A INCLUSÃO DIGITAL

Surge cada vez com mais força a idéia de levar a tecnologia digital ao alcance da sociedade. Geralmente desenvolvidas através de cursos para pessoas de baixa renda, essas iniciativas se fizeram conhecidas como projetos de “inclusão digital”, sendo pensadas e implementadas diante da constatação de uma desigualdade social e econômica que será agravada se não contemplar uma parcela significativa da sociedade no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação.

Contribuindo para uma definição, Rondelli (2003) sustenta que “inclusão digital é, dentre outras coisas, alfabetização digital. Ou seja, é a aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos”.

Ainda sobre a inclusão digital e as tentativas da inserção da população nesse “mundo digital”, a mesma autora afirma que:

dizer que inclusão digital é somente oferecer computadores seria análogo a afirmar que as salas de aula, cadeiras e quadro negro garantiriam a escolarização e o aprendizado dos alunos. Sem a inteligência profissional dos professores e sem a sabedoria de uma instituição escolar que estabelecessem diretrizes de conhecimento e trabalho nestes espaços, as salas seriam inúteis. Portanto, a oferta de computadores conectados em rede é o primeiro passo, mas não é o suficiente para se realizar a pretensa inclusão digital.

O que os projetos de inclusão digital propõem, na medida de suas possibilidades, é a diminuição das disparidades sociais entre aqueles que têm acesso a essa tecnologia e aqueles que passam a ter acesso não só à informática, como também à Internet.

De acordo com a Executiva Nacional dos Estudantes de Computação – ENEC – (2005, p. 40), a inclusão digital pode ser definida, de um modo genérico, como os

esforços desenvolvidos por governos, organizações do terceiro setor e empresas para possibilitar às pessoas a obtenção de conhecimentos necessários para utilizar, com um mínimo de competência, os recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação existentes, como também oferecer acesso físico regular a esses recursos.

Procuram-se maneiras de minimizar os efeitos da exclusão digital criando não só programas que disponibilizem computadores para acesso público, mas também barateando o custo para a aquisição de equipamentos. Sobre essa medida, Aparici citado por Carpanez (2005b) afirma que “um programa de inclusão digital com foco na redução de preços favorece mais a indústria do que os usuários. Dizer que preços baixos podem ajudar na resolução do problema é como afirmar que um indivíduo estará alfabetizado quando ganhar uma caneta”.

Complementando esta afirmativa Peters (2003) coloca que para o processo de inclusão digital, disponibilizar equipamentos é apenas um passo, expondo que:

a instalação de computadores e conexões nas comunidades menos desenvolvidas é apenas parte do que é preciso para pôr a tecnologia da informação e comunicação a serviço do desenvolvimento econômico. Entre os diversos elementos necessários para combater efetivamente a exclusão digital destacam-se a compreensão das realidades locais, a associação de recursos e um sistema normativo favorável.

E completa, enfatizando o adequado uso da tecnologia:

Propiciar acesso à tecnologia é essencial, mas é preciso ir além do acesso físico. Computadores e conexões são insuficientes se a tecnologia não é usada efetivamente, seja porque as pessoas não têm condições de pagar por ela, não sabem como utilizá-la e não se sentem estimuladas a usá-la, seja porque a economia local não pode sustentá-la. Os projetos de TIC só serão amplamente bem-sucedidos nos países em desenvolvimento quando todos os outros componentes necessários à integração efetiva da TIC à sociedade forem considerados.

Pode-se dizer que a inclusão digital se assemelha, portanto, à idéia de alfabetização digital, pois procura ensinar a população que está à margem de tudo isso a lidar com a Internet e outros recursos computacionais.

Os projetos de inclusão digital visam reunir conhecimentos necessários para utilizar com um mínimo de eficiência os recursos de informática e de telecomunicações existentes e dispor de acesso físico regular a esses recursos.

Atualmente é crescente a preocupação com a inclusão digital, sendo cada vez mais comum o surgimento de novas iniciativas para fornecer à população menos favorecida acesso às novas tecnologias, porém dois projetos podem ser destacados no cenário nacional por serem projetos de grande porte e servirem de subsídios para a criação de outros projetos, são eles: o Comitê para Democratização da Internet (CDI), responsável por publicações nacionais referente ao problema da exclusão digital e formas de combatê-la. Além de manter projetos de inclusão em diversas cidades este projeto também agrega diversos outros, como por exemplo, o Programa de inclusão para mulheres e os Telecentros Paranavegar, ambos desenvolvidos em Curitiba.

O projeto Sampa.org é um projeto de grande porte, que abrange toda a cidade de São Paulo e já implantou projetos pilotos em cidades do interior paulista, como por exemplo, instalação de quiosques com acesso a Internet em lugares com grande circulação de pessoas.

3.2.1 O Comitê para a Democratização da Internet

Segundo o *site*⁹ mantido pelos organizadores do projeto “Comitê para Democratização da Informática” (CDI), este é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que, desde 1995, desenvolve um projeto que tenta promover a inclusão social, e para isso utiliza como instrumento a tecnologia da informação, ou seja, tenta gerar a inclusão social a partir da inclusão digital.

Com a criação das chamadas “Escolas de Informática e Cidadania”, o CDI implementa programas educacionais tanto no Brasil quanto no exterior, com o objetivo de mobilizar os segmentos excluídos da sociedade para a transformação de sua realidade.

O CDI desenvolve seus projetos em trinta e cinco cidades, nos seguintes estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pará, Paraíba,

⁹ Maiores informações disponíveis no *site*: www.cdi.org.br

Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Internacionalmente, o CDI já tem centros implantados no Japão, Colômbia, Uruguai, México, Chile, África do Sul, Angola, Honduras, Guatemala e Argentina.

Esta ONG não trabalha apenas com pessoas de uma condição econômica mais baixa, bem como também desenvolve projetos voltados para públicos específicos, como portadores de necessidades especiais (deficiência visual, distúrbios psiquiátricos etc.) jovens em situação de rua, populações carcerárias, aldeias indígenas, entre outros.

Sobre a importância deste projeto para a sociedade, os idealizadores do CDI afirmam que “o domínio das novas tecnologias não apenas abre oportunidades de trabalho e de geração de renda, mas possibilita o acesso a fontes de informação e a espaços de sociabilidade que propiciam a busca coletiva de soluções para os problemas enfrentados pelas comunidades”.

Este projeto trabalha em parceria com diversos outros projetos de inclusão,, incentivando e prestando esclarecimentos sobre melhores meios de se atingir o público para o qual os projetos são destinados.

3.2.2 O Projeto “Sampa.org”

O projeto “Sampa.org” é uma iniciativa aberta a toda a população da cidade de São Paulo e foi idealizado para tentar promover a disseminação e compartilhamento democrático do conhecimento e da informação.

De acordo com os organizadores do projeto, este tem por objetivo “ampliar a cidadania ativa, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico e combatendo a exclusão social em São Paulo, por meio da democratização do acesso ao conhecimento, utilizando intensivamente as novas tecnologias de informação” (informações disponíveis no *site* www.sampa.org.br).

Este projeto tem como proposta apresentar para a população as novas tecnologias de informação e comunicação. Para isso foram criados telecentros, que são

espaços localizados principalmente em áreas da periferia de São Paulo, que contam, cada um deles, com pelo menos dez computadores conectados à Internet e monitores para prestar orientação ao público. Nesses telecentros é oferecido livre acesso à Internet e a correio eletrônico gratuito para a comunidade, bem como atividades e cursos diversificados para grupos e indivíduos, visando a promover o desenvolvimento em seus aspectos cultural, social e econômico, baseado em tecnologias de informação.

O Sampa.org é considerado um projeto importante e sólido e para seu desenvolvimento recebe apoio financeiro de grandes empresas localizadas na cidade de São Paulo. Pode-se dizer que este projeto serve de base para outros projetos voltados à inclusão nas demais cidades brasileiras, ou seja, é um “projeto piloto” e por ser realizado em uma cidade do tamanho de São Paulo, que, embora seja a cidade mais rica do Brasil, ao mesmo tempo apresenta altos níveis de exclusão social, com visibilidade em âmbito nacional.

Trata-se, portanto, não apenas de um projeto que tenta promover a inclusão digital, por trás disso encontram-se tentativas de inclusão social e a criação, ainda que embrionária, de uma Rede Pública de Comunicação e Informação¹⁰, objetivando inserir as camadas mais pobres a essa nova realidade que o advento da tecnologia criou.

Além de trabalhar para combater a exclusão digital, os projetos de inclusão digital transcendem suas metas imediatas, procurando inserir indivíduos que já se encontram de alguma forma marginalizados da sociedade.

¹⁰ De acordo com os idealizadores do projeto Sampa.org pode-se definir as Redes Públicas de Comunicação e Informação como sendo “espaços de participação, democratização do poder, do conhecimento e das oportunidades”.

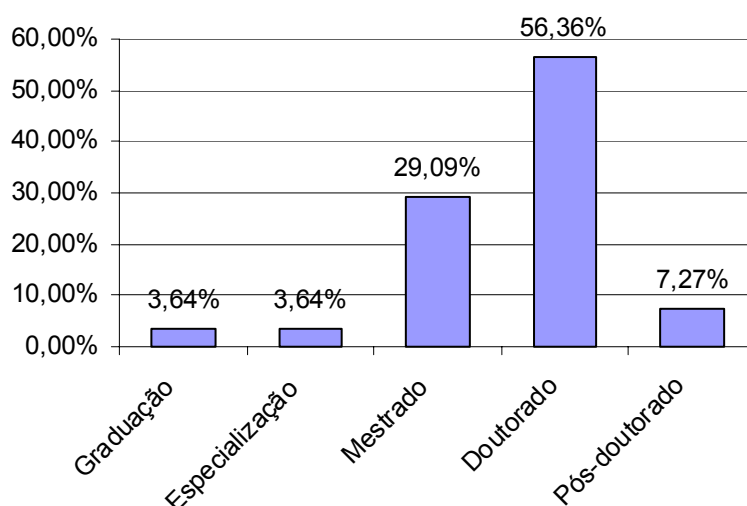
4 PESQUISA ENTRE OS DOCENTES

A pesquisa realizada buscou identificar as opiniões dos professores relativas ao tema exclusão e inclusão digital, tanto no que se refere aos seus aspectos, quanto às suas causas. Dos quatrocentos e um professores para os quais foram enviados questionários, cinquenta e cinco enviaram respostas, perfazendo um total de 13,72 % da amostra e 2,50 % do total dos professores da UFPR.

4.1 PERFIL DOS DOCENTES

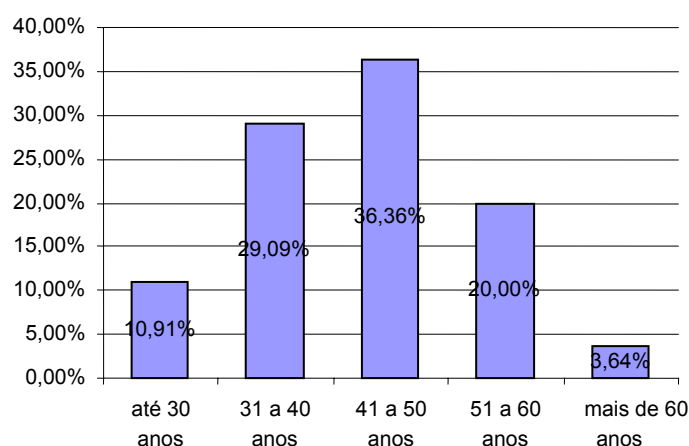
No primeiro bloco do questionário, em que se procurou obter dados pessoais dos docentes, questionando grau de escolaridade, faixa etária e departamento ao qual está vinculado, observa-se que a maioria dos respondentes (trinta e um) do questionário é composta de doutores, representando 56,36%, conforme apresentado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 1 – ESCOLARIDADE DOS DOCENTES



Na segunda questão, que trata da faixa etária, nota-se que a maioria dos respondentes é relativamente jovem, sendo que 36,36% estão na faixa de quarenta e um a cinquenta anos e 29,09% estão entre trinta e um e quarenta anos, apresentando-se ainda os seguintes percentuais:

GRÁFICO 2 – FAIXA ETÁRIA DOS DOCENTES



Os primeiros a enviarem os questionários foram os professores do Departamento de Administração. Notou-se também, que os docentes de até trinta anos (10,91%) e de 31 a 40 anos (29,09%) responderam mais prontamente.

Os docentes do Departamento de Gestão da Informação formam o grupo de retorno mais expressivo (47,06%) em relação ao total dos professores do Departamento, seguidos pelos do Departamento de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (33,33%) e de Ciências Sociais (20,83%).

4.2 A EXCLUSÃO/INCLUSÃO DIGITAL NA VISÃO DOS DOCENTES

Em relação ao conhecimento de projetos relativos à inclusão digital, um percentual de 61,82% de professores afirmou conhecer, ou pelo menos ouvir falar em algum projeto, enquanto 38,18% afirmaram não ter conhecimento sobre o fato.

A partir do número de professores que citaram pelo menos um projeto de inclusão digital obtiveram-se as porcentagens expressas no parágrafo a seguir.

Ao citarem os nomes dos projetos que conheciam, os docentes em sua maioria não citam projetos específicos, por exemplo, 10,20% afirmaram conhecer projetos ligados à Universidade Federal do Paraná, mas não citaram o nome dos mesmos. O mesmo acontece quando citam projetos ligados à Prefeitura Municipal de Curitiba (8,16%), projetos do Governo Federal (4,08%) e projetos ligados à cidade do Rio de Janeiro (6,12%). Observa-se que o conhecimento e lembrança dos projetos referem-se principalmente àqueles localizados ao âmbito mais próximo, relativo aos projetos da própria instituição, diminuindo de intensidade proporcionalmente ao afastamento geográfico.

Os projetos citados especificamente, que apresentaram uma porcentagem significativa foram: Projeto CDI (14,29%), Escola de Informática e Cidadania (EIC) (8,16%) e projeto Sociedade da Informação (6,12%). Ainda foram citados pelo menos uma vez os projetos Integrar UFPR (2,04%), Farol do Saber (4,08%), Financiamento de computadores pelo Governo Federal (4,08%), Fundação Gol de Letra (2,04%), Instituto Tupy de Joinville (2,04%), Inclusão Digital da Bahia – Projeto software livre (2,04%), Escola Digital Integrada (2,04%), Sampa.org (2,04%), Projeto da UDESC para deficientes visuais (2,04%), ONG Rodrigo Baggio no Rio de Janeiro (2,04%), Digitando o Futuro (4,08%), Telecentro Paranavegar (2,04%), Paraná Digital (4,08%), Pastoral da Criança (2,04%), Portal da Comunidade (2,04%) e por fim, o projeto Faculdade Educacional Araucária – FACEAR – com 2,04%.

Quando instados a qualificar as possíveis barreiras para a execução de projetos de inclusão digital, os respondentes apresentaram opções assim categorizadas:

- a) a opção “falta de recursos financeiros para aquisição de equipamentos individuais para posterior aplicação do que foi aprendido nos projetos” foi considerada essencialmente de uma barreira por 45,45% dos professores; por 34,55% deles, definida como uma barreira; 14,55% afirmaram que talvez seja uma barreira e apenas 5,45% não consideraram esta opção como uma barreira para a execução de projetos de inclusão digital;

- b) quanto à “falta de instrutores capacitados para ensinar as pessoas a utilizarem os recursos disponíveis nos programas computacionais e na Internet”, 27,27% consideraram que se trata essencialmente de uma barreira; 49,09% que é uma barreira; 10,91% afirmaram que este aspecto talvez seja uma barreira e 12,73% não consideraram que essa carência possa ser considerada uma barreira para os projetos de inclusão digital;
- c) em relação à “falta de divulgação dos projetos”, 10,91% dos respondentes consideraram que é essencialmente uma barreira; 43,64% avaliaram como sendo uma barreira; 38,18% responderam que talvez seja uma barreira e 7,27% acham que não se trata de uma barreira;
- d) sobre a “dificuldade geográfica para acesso aos projetos”, 9,09% consideraram que se trata essencialmente de uma barreira; 21,82% consideram ser uma barreira; 49,09% dos respondentes definiram como talvez sendo uma barreira e 20,00% não acreditam que se trate de uma barreira;
- e) a “falta de apoio dos governantes e políticos” é considerada essencialmente uma barreira por 27,27%; 40,00% qualificam como sendo uma barreira; 20,00% acham que talvez se trate de uma barreira e 12,74% não consideram esta opção como uma barreira;
- f) em relação à opção “falta de continuidade e lisura nos projetos”, 38,18% dos respondentes consideraram se tratar essencialmente uma barreira; 23,64% consideram que é uma barreira; 36,36% acham que talvez possa ser uma barreira e apenas 1,82% não acredita que se trata de uma barreira;
- g) no item que diz respeito à “criminalidade nas localidades mais pobres, onde normalmente são desenvolvidos os projetos de inclusão”, 5,45% consideraram que se trata essencialmente de uma barreira; 16,36% definiram como sendo uma barreira; 41,82% como talvez sendo uma barreira e 36,36% não acham que se trata de uma barreira.

Nota-se que a falta de equipamento na residência dos indivíduos foi considerado um fator relevante por 80,00% dos respondentes, bem como se associou o despreparo das pessoas que trabalham como instrutores nos projetos que são desenvolvidos ao não sucesso dos projetos, aliado a problemas de ordem política.

Com incidência expressiva os docentes demonstram descrença em relação aos projetos de inclusão, afirmando que é utópico pensar que oferecer acesso a um computador e ensinar recursos básicos a um indivíduo é torná-lo necessariamente um incluído digital.

Foi dada ao respondente a opção de acrescentar algum outro item, caso achasse necessário. Onze professores (20,00% do total geral) citaram algum outro aspecto que consideraram relevantes, sendo que 9,09% pertenciam ao Departamento de Administração, 9,09% ao de Ciências Sociais, 9,09% ao de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, 9,09% ao de Economia, 9,09% ao de Filosofia, 27,27% ao de Gestão da Informação 9,09% ao de Informática e por fim, 9,09% ao de Planejamento e Administração Escolar.

Foram apresentados os seguintes aspectos como outras possíveis barreiras referentes à execução de Projetos de inclusão digital:

- a) “desconhecimento das potencialidades da tecnologia”, sendo que 50,00% consideraram que se trata essencialmente de uma barreira e 50,00% que se trata de uma barreira para os projetos, sendo este item citado por docentes de Filosofia e de Gestão da Informação;
- b) “falta de programa continuado com real qualificação”, sendo considerado como essencialmente uma barreira, citado por um docente do departamento de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo;
- c) “atendimento de outras necessidades básicas como alimentação, saúde, educação etc.”, como sendo uma barreira para a execução dos projetos, citado por um docente do Departamento de Ciências Sociais;
- d) “linguagem de promotores e instrutores dos projetos”, como sendo

essencialmente uma barreira, item este citado por um docente do Departamento de Administração;

- e) “expectativa de inserção no mercado de trabalho não cumprida”, sendo apontada como talvez sendo uma barreira por um docente do departamento de Economia;
- f) “ausência de visão prática da informática no dia-a-dia de quem não tem computador”, considerado como sendo essencialmente uma barreira, sendo citado por um docente do Departamento de Informática;
- g) “falta de investimentos e políticas públicas adequadas e suficientes”, considerado essencialmente uma barreira, sendo citado por um docente do Departamento de Planejamento e Administração Escolar;
- h) “defasagem informacional do excluído”, como sendo essencialmente uma barreira, sendo citado por um docente do Departamento de Gestão da Informação;
- i) “falta de identidade regional nos projetos”, classificado como essencialmente uma barreira, na visão de um docente do Departamento de Gestão da Informação.

Na questão que solicitava que o respondente qualificasse os fatores de exclusão digital, obtiveram-se os seguintes resultados:

- a) a “ausência de acessórios e conexões nas residências” é considerada por 36,36% essencialmente um fator condicionante à exclusão digital; 30,91% a consideram um fator condicionante; 12,73% acreditam que talvez seja um fator condicionante e 20,00% não consideraram se tratar de um fator condicionante;
- b) quanto à “falta de domínio de indivíduos em relação aos recursos da Internet como ferramenta de acesso a informações” é considerada por 16,36% como sendo essencialmente um fator condicionante; por 47,27% como um fator condicionante; enquanto 23,64% acreditam que talvez seja

um fator condicionante e 12,73% não acreditam se tratar de um fator condicionante;

- c) os “fatores pessoais de ordem psicológica (como falta de paciência, medo etc.) interferindo no acesso à tecnologia”, foram considerados como essencialmente um fator condicionante para apenas 3,64% dos respondentes; 29,09% consideram que seja um fator condicionante; 36,36% acreditam que talvez seja um fator condicionante e 30,91% afirmam não se tratar de um fator condicionante;
- d) a “não utilização do computador como instrumento mediador de conhecimento” é considerada por 20,00% como essencialmente um fator condicionante; por 27,27% como um fator condicionante; 40,00% afirmaram que talvez seja um fator condicionante e 12,73% não concordaram ser este um fator condicionante a exclusão digital, sendo que um docente pertencente ao Departamento de Informática apresentou uma observação com o não entendimento da questão e que, portanto, qualificaria como não sendo um fator condicionante;
- e) a “ausência de conhecimento de recursos adicionais que permitam um melhor uso dos programas computacionais” é considerada por 9,09% como de um fator essencialmente condicionante; por 27,27% como um fator condicionante; enquanto para 47,27% talvez seja um fator condicionante e 16,36% não acreditam que este item se trata de um fator condicionante da exclusão digital.

Foi dada ao respondente a opção de acrescentar algum outro fator, caso achasse necessário. Neste caso, cinco respondentes (9,09% do total geral) citaram algum outro fator que consideraram relevantes, sendo que 20,00% pertenciam ao Departamento de Ciências Sociais, 20,00% ao de Economia, 20,00% ao de Gestão da Informação e por fim, 40,00% ao de Planejamento e Administração Escolar.

Foram apresentados os seguintes aspectos referentes aos fatores

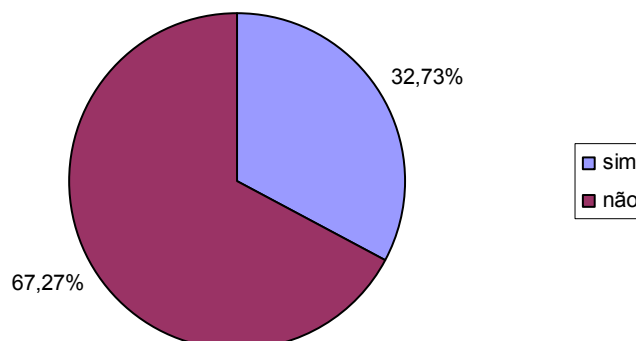
condicionantes à exclusão digital:

- a) “precariedade de formação básica dos indivíduos”, sendo incluso neste item o baixo nível na educação formal e a baixa capacidade de leitura e compreensão de textos pelos indivíduos, sendo este fator citado por docentes dos Departamentos de Economia, Gestão da Informação e Planejamento e Administração Escolar, todos considerando que este trata-se essencialmente de um fator condicionante;
- b) “atendimento de outras necessidades básicas como alimentação, saúde, educação, etc.”, foi considerado por um docente do Departamento de Ciências Sociais, como sendo essencialmente um fator condicionante;
- c) “condição econômica dos indivíduos”, foi frisado por um docente do departamento de Planejamento e Administração Escolar, como sendo essencialmente um fator condicionante à exclusão digital.

Conforme o exposto acima, percebe-se o destaque dado aos aspectos educacionais e sócio-econômicos, do que se infere a impossibilidade de resolver questões relativas à exclusão digital apenas com iniciativas de cunho tecnológico e material.

Quanto à possível interferência da exclusão digital no processo de ensino, 67,27% afirmaram que a exclusão digital não tem interferido, enquanto 32,73% afirmaram que sim, que há interferência no processo, percentual este apresentado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 3 – INTERFERÊNCIA DA EXCLUSÃO DIGITAL NO PROCESSO DE ENSINO



Muitos dos respondentes destacaram que as matérias que ministram tratam de aspectos teóricos, sendo assim, pode-se dizer que a exclusão digital não afeta diretamente no processo de ensino devido ao fato das Tecnologias de Informação e Comunicação não estarem presentes na realidade de determinados cursos.

Os professores que afirmaram que a exclusão digital interfere no ensino apontaram como isto ocorre, segundo informações apresentadas na tabela abaixo.

TABELA 1 – MODO COMO A EXCLUSÃO DIGITAL INTERFERE NO ENSINO

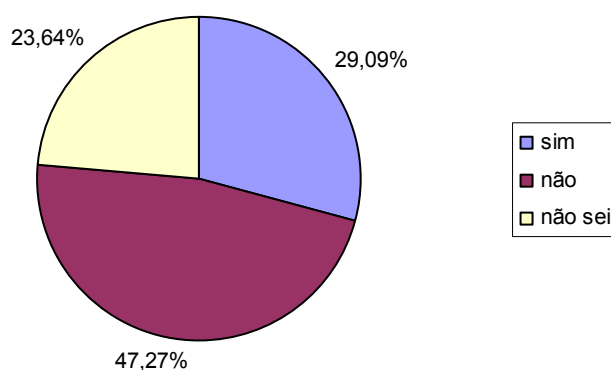
Resposta	Porcentagem
Alunos com falta de qualificação básica para utilização de programas e/ou Internet	47,62%
Não entrega ou atraso de trabalhos que exigem o uso do computador	14,29%
Alunos com impossibilidade de acesso ao computador	14,29%
Alunos apresentam dificuldade ou não sabem utilizar ferramentas de forma plena	9,52%
Falta de qualidade em trabalhos entregues	9,52%
Não informaram o modo de interferência.	4,76%

De acordo com a pesquisa, o maior problema é com a falta de preparo dos alunos para a utilização plena de programas computacionais ou recursos disponíveis na

Internet. Constatou-se um reconhecimento da crescente dificuldade que alunos enfrentam ao lidar com sites buscadores, tanto que a “falta de domínio de indivíduos em relação aos recursos da Internet como ferramenta de acesso a informações” foi considerada por 63,63% dos respondentes da pesquisa como um fator determinante para o estado de exclusão digital.

Em relação à pergunta sobre a existência de alunos “digitalmente excluídos”, 47,27% dos docentes afirmaram que entre seus alunos não há excluídos digitais, conforme mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 4 – EXISTÊNCIA DE "EXCLUÍDOS DIGITAIS" ENTRE OS ALUNOS DOS RESPONDENTES



Nota-se também que um percentual significativo (23,64%) não sabe se entre seus alunos há “excluídos digitais”, podendo-se, mais uma vez, destacar que isto ocorre pelo fato dos recursos tecnológicos não ocuparem lugar de destaque na realidade de determinados cursos.

Os professores que responderam que a exclusão digital interfere no processo de ensino relataram quais são as práticas pessoais adotadas para tentar resolver e/ou minimizar as conseqüências do problema, apresentadas na tabela a seguir:

TABELA 2 – PRÁTICAS PESSOAIS ADOTADAS PELOS DOCENTES EM RELAÇÃO AOS ALUNOS "EXCLUÍDOS DIGITALMENTE"

Resposta	Porcentagem
Incentiva o uso do computador e/ou Internet	36,00%
Orienta o uso do computador	20,00%
Encaminha aos laboratórios da UFPR	8,00%
Encaminha aos cursos oferecidos pela UFPR	8,00%
Cede o computador da sua sala	8,00%
Aceita trabalhos manuscritos	8,00%
Compreensão com os alunos "excluídos digitalmente"	4,00%
Não vê a inclusão digital como um pressuposto do seu trabalho	4,00%
Conscientiza sobre a importância do uso do computador no mundo atual	4,00%

A maioria dos docentes procura incentivar o uso das tecnologias digitais (36%) ao mesmo tempo em que orienta os alunos na utilização de programas computacionais e até mesmo recursos da Internet (20%).

Nota-se que 8,00% afirmam que “cedem o computador da sua sala” e 8,00% “aceitam trabalhos manuscritos”, portanto, pode-se concluir que partem do pressuposto que exclusão digital é falta de acesso a Tecnologias de Informação e Comunicação na residência dos indivíduos, concepção que não coincide plenamente com os critérios da FGV (2003) que considera a exclusão digital não apenas a falta de acesso às tecnologias, como também o não conhecimento a respeito de recursos adicionais que proporcionam seu melhor uso. Rondelli (2003) parte do mesmo princípio, expondo que ter computadores pode ser considerado um passo, mas não é suficiente para a inclusão digital.

Na questão referente à definição de exclusão digital, pode-se dizer que houve um consenso, sendo que a maioria (46,84%) afirmou que uma definição para o tema seria o “não acesso aos recursos digitais”. Para 15,19%, a exclusão digital pode ser entendida como a “não condição e/ou resistência em se lidar com as Tecnologias de Informação e Comunicação”.

Com um percentual também relevante (12,66%), os professores responderam que a exclusão digital é nada mais do que uma consequência da exclusão social e econômica, sendo reforçado também que pode ser ocasionada por outros tipos de exclusão, tais como: cultural, política, educacional, entre outras.

As reflexões coincidem com a posição de Silveira (2003, p. 18) sobre a exclusão digital como barreira para a redução da exclusão social, já que as principais atividades econômicas, governamentais e culturais da sociedade se processam na rede. Situar-se fora desta e desconhecer seus procedimentos significa, portanto, estar fora dos principais fluxos de informação.

TABELA 3 – DEFINIÇÕES APRESENTADAS PARA A EXCLUSÃO DIGITAL

Resposta	Porcentagem
Falta de acesso aos recursos digitais	46,84%
Falta de condição e/ou resistência em lidar com TICs	15,19%
Sinônimo (consequência) de exclusão sócio-econômica	12,66%
Não uso de recursos digitais para obter, organizar, registrar e elaborar informações e conhecimentos	12,66%
Não saber usar minimamente ferramentas digitais	6,33%
Impossibilidade de acesso a projetos de inclusão digital	2,53%
Não-conhecimento pleno de utilização das ferramentas digitais	1,27%
Incapacidade de utilização das TICs nas atividades cotidianas	1,27%
Ausência de políticas públicas de incentivo à inclusão digital	1,27%

Os docentes dos Cursos do Setor de Educação e de Ciências Sociais enfatizaram os problemas sócio-econômicos, destacando que a exclusão digital é uma das muitas formas de exclusão social, cultural, econômica e política na sociedade atual. Um docente do Departamento de Planejamento e Administração Escolar, afirma que:

Se de um lado, a inclusão digital facilitou a vida de milhões de pessoas, por outro, aprofundou as diferenças entre as classes sociais; sobretudo nos países que ainda não superaram a barreira do analfabetismo convencional. Em países como o Brasil, boa parte da população não tem acesso às tecnologias de informação e comunicação, principalmente a comunicação mediada, em rede, por meio de um computador. Este fator contribui muito para exclusão digital tendo em vista que a Internet é hoje um dos caminhos mais utilizados para a inclusão digital.

Tal afirmativa encontra-se em consonância com o exposto por Sette (2000, p. A3) referente à separação ainda maior que o surgimento das tecnologias causou entre as camadas sociais.

O aspecto social também é enfatizado nas seguintes afirmações “a exclusão atinge as classes mais pobres e envolve a dificuldade de acesso ao saber historicamente produzido” (Filosofia) e “a exclusão digital trata-se de um produto da má distribuição de renda, que tende a perpetuar o ciclo ainda mais. (Teoria e Fundamentos da Educação)”.

Percebe-se que a aproximação conceitual e as críticas às desigualdades sociais permeiam o discurso dos professores das áreas de ciências sociais e educacionais, o que se explica pela coincidência de concepções políticas que se reflete e na sua prática e no seu modo de conceber as questões sociais e, conseqüentemente, as discriminações delas decorrentes.

Entre os docentes de Economia, teve quem destacasse que a exclusão digital está diretamente ligada “à condição de incapacidade individual ou de uma comunidade em acessar os meios de comunicação e de informação tecnologicamente mais avançados e ágeis, mantendo estas pessoas distantes dos avanços do conhecimento em todas as áreas”. Destaca-se que os docentes deste Departamento apontaram as barreiras de inserção no mercado de trabalho do indivíduo excluído, diferenciando-se das respostas de professores dos cursos da área de Humanas.

Na visão dos docentes de Psicologia, como esperado, foram enfatizados fatores de ordem pessoal, destacando que a exclusão digital dificulta e limita o acesso a informações e a formas de comunicação mais rápidas, eficazes e usuais trazendo um sentimento negativo de não pertença, de não capacidade, de não entendimento do que

parece ser de domínio geral. Enfim, de acordo com os respondentes deste Departamento, a exclusão digital traz implicações negativas para a auto-estima, para o relacionamento social, para o desenvolvimento pessoal, visto que, o lidar com essas tecnologias é tido e imposto como imperativo para se sentir incluído, para se ter melhores chances de empregabilidade, para se atualizar e se comunicar.

Uma porcentagem significativa (46,84%) definiu o termo exclusão digital como falta de acesso às TIC's, mas complementando essa afirmação 15,19%, colocaram que a falta de condição e resistência à tecnologia são fatores que condicionam a exclusão digital. Portanto, conforme explicitado por um docente de Ciências Sociais, pode-se definir o termo em duas dimensões interligadas:

- a) dimensão subjetiva: é excluído digitalmente aquele indivíduo que deseja fazer uso do computador, mas não consegue, tendo os fatores motivacionais e psicológicos como determinantes;
- b) dimensão objetiva: o indivíduo quer fazer uso do computador, mas não tem acesso a ele por razões materiais (seja pela falta de recursos financeiros para adquirir o equipamento, seja pela ausência de políticas públicas que coloquem computadores à disposição desses indivíduos, seja pela falta de infra-estrutura técnica).

Destacou-se também, pela maioria dos docentes, que a inclusão digital seria importante para a democratização do conhecimento, mas segundo um docente do Departamento de Ciências Sociais “a inclusão digital pode apenas ser mais uma forma ilusória de conhecimento, que não desemboca necessariamente em formas de democratização da informação e, principalmente, da capacidade de reformulá-las criticamente”, complementando que o acesso às informações não se reflete, necessariamente em capacidade de processar crítica e criativamente o volume de informações que o acesso à Internet permite. Essa concepção coincide parcialmente com a argumentação de Amorin, citado por Leite e Santoro (2003, p. 31), que afirma ser necessário buscar a formação de indivíduos capazes de gerar informações, pois só

assim pode-se democratizar o conhecimento. Ora, a capacidade de gerar informações e conhecimento está integrada, por sua vez, à utilização de forma crítica do volume das informações já disponíveis e, portanto, do pensamento crítico e criativo.

Os docentes do Departamento de Gestão da Informação concordaram com a afirmação de que a exclusão digital pode acompanhar as outras formas de exclusão social, mas destacaram a falta de conhecimento relacionado as TIC's, enfatizando que o mero acesso à tecnologia sem a sua utilização efetiva com o mínimo de proficiência pode ser considerada exclusão digital. Concordam, portanto, com os docentes de Psicologia, porém os aspectos psicológicos não foram destacados nas afirmativas de forma contundente. Entre os docentes de Gestão da Informação, houve quem classificasse o impedimento de acesso às ferramentas tecnológicas em quatro aspectos:

- a) acesso físico ao computador e às redes (exclusão física);
- b) oferecimento de conteúdo informativo de qualidade (exclusão via qualidade/disponibilidade da(s) fonte(s));
- c) habilidade de inquirir as ferramentas (exclusão de interface)
- d) capacidade de interagir tanto na solicitação da informação como na capacidade de análise e reflexão subsequente (exclusão cognitiva).

Pode-se inferir, portanto, que os aspectos destacados como causadores e/ou potencializadores da exclusão digital estão intimamente ligados a fatores sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais. Destacou-se que, possivelmente devido à interdisciplinaridade da Gestão da Informação, os professores deste Departamento relacionaram os fatores de inclusão e exclusão digitais a diversas áreas do conhecimento e campos de atuação prática.

Os docentes de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo focaram as possíveis razões para o problema da exclusão digital predominantemente no aspecto educacional, citando o analfabetismo funcional e a falta de preparo dos indivíduos para o processamento crítico de tudo que está disponível na rede. Os professores deste Departamento referiram-se com exclusividade ao interesse demasiado das pessoas em *chats* e programas de comunicação instantânea, bem como a problemas causados na

linguagem devido ao dialeto próprio criado na Internet. Pode-se inferir, portanto, que os docentes do Curso de Jornalismo preocupam-se mais com a capacidade do indivíduo em lidar com as informações disponíveis e o modo de expressar seus pensamentos do que com os aspectos tecnológicos envolvidos no problema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão digital e os modos de combater seus efeitos são questões que vêm sendo debatidas desde a disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação pelo mundo, mas é difícil traçar a linha que define quem são os excluídos e quem são os incluídos digitais, bem como separar estes dois temas, pois estão ligados de maneira intrínseca.

Seria utópico afirmar, e a pesquisa o confirma, que fornecer equipamento e ensinar um indivíduo a ligar o computador, acessar *e-mails* e utilizar o *Word* como uma mera máquina de escrever é incluí-lo digitalmente. As ações em prol da inclusão digital vão além da mera disponibilização de um aparelho pois demandam que se ensine a utilizá-lo de maneira sensata e coerente, que se ofereça a oportunidade do indivíduo poder usar os recursos tecnológicos de modo a facilitar suas atividades.

Dentre os muitos aspectos listados obteve-se a afirmativa que prega que a inclusão digital é a “democratização do conhecimento”, mas o que se nota é a constante preocupação com a aquisição de equipamentos por indivíduos de baixa renda e treinamento apenas para utilização básica dos programas computacionais.

Entre as várias definições para a exclusão digital pode-se destacar o não acesso aos recursos tecnológicos, citado pela grande maioria dos pesquisadores que responderam o questionário, sendo uma relação de causa-efeito da exclusão sócio-econômica.

A exclusão digital também pode ser definida levando-se em conta o aspecto dos possíveis benefícios das novas tecnologias, ou seja, pessoas tendo acesso às TIC's mas não sabendo fazer uso das suas potencialidades.

Para se chegar a uma definição do que seja exclusão, foram levados em conta os aspectos apreciados durante a realização da análise dos dados desta pesquisa, obtidos na literatura e nas respostas aos questionários, afirmando-se que a exclusão digital é fruto de um processo que envolve fatores de ordem cultural, social,

educacional, econômica, política, psicológica, tecnológica e jurídica. Importa salientar que todos estes aspectos foram citados de alguma forma pelos docentes que responderam o questionário, sendo que o maior enfoque, como esperado, foi dado à área de atuação.

Os docentes do Departamento de Administração e Economia destacaram que o maior problema da exclusão digital seria a não qualificação de indivíduos para o mercado de trabalho, mostrando assim uma visão econômica, mas voltadas às especificidades exigidas para a qualificação profissional.

No Departamento de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo o que se notou foi um destaque aos aspectos educacionais, ou seja, os professores referem-se à baixa formação escolar dos indivíduos como barreira à inclusão digital, bem como, foi destacada a mudança na linguagem devido à expansão de ferramentas de comunicação na Internet, provocando o uso de uma linguagem escrita em não conformidade com o português culto padrão.

Os professores dos departamentos de Ciências Sociais, Filosofia, Planejamento e Administração Escolar, Teoria e Fundamentos da Educação e Teoria e Prática de Ensino mantiveram-se mais voltados às questões sócio-econômicas dos indivíduos qualificados como excluídos, sendo citados uma vez ou outra os aspectos educacionais. Tal fato pode ser explicado pelas preocupações sociais presentes nos professores destas áreas do conhecimento.

Com referência ao Departamento de Psicologia, notou-se que os docentes que responderam o questionário citaram os aspectos educacionais, sócio-econômicos, entre outros, mas como esperado, as questões ligadas a aversão a tecnologia e outros aspectos psicológicos impedindo a inclusão digital foi um aspecto que se sobressaiu.

O Departamento de Direito Público enfatizou que a exclusão digital é a negação do direito fundamental do indivíduo ao acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação.

Para os docentes de Informática os maiores problemas para o estado de “exclusão digital” são o desconhecimento das potencialidades das ferramentas e seu uso no cotidiano.

Na visão dos docentes de Gestão da Informação foram destacados os aspectos referentes ao não acesso as Tecnologias da Informação e Comunicação, enfatizando que a exclusão digital está ligada ao não uso adequado das ferramentas disponíveis.

Chegou-se a essa constatação após a análise realizada a partir das informações obtidas. Nesse processo foram evidenciadas coincidências tais como a atribuição aos aspectos econômicos e sociais como prioritários em relação ao fenômeno da exclusão digital. Nesse caso, entre uma das soluções possíveis, procura-se chegar à acessibilidade em relação aos preços de equipamentos, tais como hardware e software.

Constatou-se, como decorrência, que projetos relacionados à popularização e divulgação para a utilização de softwares livres têm sido vista como uma forma de inclusão digital, mas permanece a pergunta se isso seria realmente uma solução para democratizar a informação. Trata-se apenas de fornecer o equipamento, mas e como utilizar? E o como fazer? Falar da importância do uso da tecnologia, dizer que é algo que facilita o cotidiano das pessoas e que permite o acesso a todo e qualquer tipo de informação e que o uso de software livre permite a correção de erros e adaptação dos programas pelo próprio usuário é um tema meritório, mas seria como partir do princípio que as pessoas já possuem o conhecimento necessário para tais ações, não podendo ser então considerada como excluídas digitalmente.

Pode-se perceber que apesar da falta de equipamentos ser considerada como fator que influencia no estado de exclusão, há muitos critérios periféricos que contribuem para esta situação, dentre os quais se pode destacar o uso adequado das tecnologias e a capacidade de processamento crítico das informações.

O tema pode ser avaliado por diversas esferas, mas seria incoerente não relacioná-lo com antigos problemas que assolam a humanidade, tais como: injustiça, desigualdade e preconceito.

Na pesquisa realizada, tanto de cunho teórico quanto prático, os aspectos que se destacaram foram os ligados a fatores econômicos, sendo uma constante em todas as áreas pesquisadas e não apenas naquelas consideradas de caráter social.

A análise para caracterização de exclusão/inclusão digital sob a ótica de professores da Universidade Federal do Paraná dos departamentos selecionados teve como a maior dificuldade para sua efetivação a obtenção do retorno dos questionários, uma vez que não se obteve resposta de um dos departamentos (Antropologia), o que impediu a análise dos aspectos relativos a essa área. Entretanto, a análise das contribuições dos professores permitiu evidenciar que as definições e caracterizações sobre a problemática exclusão/inclusão digital relacionam-se com os domínios teórico-práticos de cada um.

Concluiu-se que na parte referente à análise teórica, os projetos de inclusão digital são considerados de grande relevância para a solução do problema, mas na prática o que se pode perceber foi a descrença em relação a esse tipo de prática. Este fato pode ser explicado devido à crença de que muitos projetos não qualificam realmente as pessoas que estão participando, ou seja, não se pode afirmar que os projetos tornam os indivíduos aptos a lidarem com os recursos tecnológicos, sendo que muitas vezes o que é oferecido reduz-se tão somente ao acesso à Internet.

Os projetos de inclusão digital citados neste trabalho deixam claro que seu foco não é a inclusão digital em si, mas a inserção de pessoas que já se encontram à margem da sociedade. Mas como promover a inclusão digital através de projetos que não visam a inclusão digital em si? É fato que antes de se almejar eliminar os problemas relacionados à exclusão digital, precisa-se resolver problemas de ordem estrutural, tais como: atendimento de outras necessidades básicas como alimentação, saúde, educação entre outras necessidades básicas, mas como exercício crítico pode-se dizer que a falta de foco e determinação de metas nesse tipo de projeto impede que funcionem da maneira como deveriam.

É difícil definir qual aspecto poderia ser encarado como maior potencializador do estado de exclusão digital, uma vez que estes estão ligados de maneira intrínseca, mas ao se analisar o “mau uso” das ferramentas disponíveis pode-se dizer que os aspectos educacionais são de grande relevância, pois o grau de instrução e preparo dos indivíduos é fator determinante.

Em relação aos fatores políticos e jurídicos, nota-se que a falta de políticas públicas e legislações específicas tornam-se uma barreira para a inclusão digital. Apesar de algumas ações do governo e de Ongs falta iniciativa do governo em definir estratégias de forma a integrar essas ações, priorizando as necessidades dos indivíduos e as combatendo de maneira eficiente com o intuito de se conseguir resultados reais.

Conclui-se que o acesso as TIC's continua sendo privilégio de uma minoria, mas que, em sua maioria, este processo é consequência de algum outro tipo de exclusão (que transcende a exclusão sócio-econômica).

Nota-se uma grande contradição presente no Brasil, pois cerca de 15% da população (dados da FGV, quando traçado o mapa da exclusão digital) pode ser considerada incluída digitalmente, sendo que projetos de inclusão digital proliferam por todos os estados brasileiros.

Propaga-se que a exclusão digital trata-se de um problema, pregam-se formas de inclusão digital, mas o que se vê na realidade é que não se definem as causas da exclusão (como se pode perceber na literatura analisada e na pesquisa, exclusão digital é mais que simplesmente possuir equipamento) de maneira diferenciada (focando na necessidade de cada indivíduo), sendo os programas de inclusão digital realizados tão somente para população de baixa-renda.

Em suma, é necessário transpor as barreiras conjunturais do problema, fornecer equipamento e afirmar no discurso que no mundo atual é imprescindível o uso de tecnologias, não basta para promover a inclusão digital. Antes de se avaliar como combater a exclusão digital devem-se resolver aspectos chaves relacionados a situações sócio-econômicas e, principalmente, resolver os problemas educacionais.

REFERÊNCIAS

- BENEDICT, R. **O crisântemo e a espada**: padrões da cultura japonesa. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988. 279 p.
- BRITO, G. S. A inclusão do profissional professor. In: _____. **Inclusão digital**: pressupostos teóricos. Curitiba: CDI/PR, 2005. p. 21-23.
- BUENO, M. E. G. **Pequena história da Internet**. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/mundodigital/beaba/manual.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2005.
- BUNGE, M. A Pesquisa Científica. In: _____. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 35-40.
- CABRAL Jr., W. O. **A inclusão digital no Brasil**: uma análise. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOtF0und/404_23.htm>. Acesso em: 21 abr. 2005.
- CARPANEZ, J. **Apesar de crescimento, inclusão digital continua desafio para o Brasil**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u17703.shtml>>. Acesso em: 14 mar. 2005a.
- CARPANEZ, J. **Programa de inclusão digital tem foco equivocado, diz especialista**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18631.shtml>>. Acesso em: 18 jul. 2005b.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CDI. **Comitê para a Democratização da Informática**. Disponível em: <<http://www.cdi.org.br>>. Acesso em: 14 mar. 2005.
- CERTEAU, M. **A cultura no plural**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2003. 253 p.
- DIMENSTEIN, G. **Os sem tela**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1508200103.htm>>. Acesso em: 22 set. 2005.
- ELIOT, T. S. **Notas para uma definição de cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE COMPUTAÇÃO. Inclusão digital. In: _____. **Cartilha do software livre**. 3. ed. Bahia: ENEC, 2005. p. 40-46.
- FERREIRA, F. X. Combate à exclusão digital. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 março 2002. Opinião, Tendências/Debates, p. A3.

FGV. **Mapa da exclusão digital**. Disponível em: <http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/APRESENTACAO/Apresentação.htm>. Acesso em: 14 mar. 2005.

GIL, A.C. **Métodos de pesquisa e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987. 206 p.

GIL, A.C. **Projeto de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 159 p.

GOVERNO ELETRÔNICO. **Relatório da II Oficina de Inclusão Digital**. Disponível em: <www.governoeletronico.gov.br/.../down_anexo.wsp?tmp.arquivo=E15_202II_Oficina_Relatorio_Sintese_v3.doc> Acesso em: 18 jun. 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 102 p.

IIZUKA, E. S. **Um estudo exploratório sobre a exclusão digital e as organizações sem fins lucrativos da cidade de São Paulo**. São Paulo, 2003. 163 p. Dissertação (Pós-Graduação em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

KALINKE, M. A. A informática educativa como ferramenta de inserção social. In: _____. **Inclusão digital: pressupostos teóricos**. Curitiba: CDI/PR, 2005. p. 6-10.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 117 p.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LEITE, C. E. B. ; SANTORO, F. O. O perfil do profissional contábil no contexto das novas tecnologias. **Contabilidade Vista e Revista**. Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 27-43, dez. 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990. 231 p.

PETERS, T. **Combate à exclusão digital**. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itgic/1103/ijgp/gj08.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2005.

POPKEWITZ, T. S. **Lutando em defesa da alma: a política do ensino e a construção do professor**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RAMALHO, J.A. **Introdução à informática: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2003.

RÊGO, F. **Tecnologia e conteúdo**. Disponível em: <http://fsm2005.rits.org.br/apc-aa-fsm2005/fsm2005/terceiro_dia_conteudo.shtml?x=112>. Acesso em: 08 nov. 2005.

RIBEIRO, D. **Os brasileiros**: teoria do Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. 177 p.

ROMERO, C. C. **Lei de Inovação Tecnológica: críticas e contribuições**. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/282/boltec282d.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2005.

RONDELI, E. **Sete pontos para se concretizar a sociedade do conhecimento**. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/5/4passos.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2005.

SAMPA.ORG. **Projeto Sampa.org**. Disponível em: <<http://www.sampa.org.br>>. Acesso em: 12 jun. 2005.

SCHWARTZ, G. Exclusão digital entra na agenda econômica mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2000. Dinheiro, Tendências Internacionais, p. B2.

SETTE, L. A. A. Os desafios da exclusão digital. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 julho 2000. Opinião, Tendências/Debates, p. A3.

SILVA FILHO, A. M. **Os três pilares da inclusão digital**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm>>. Acesso em: 30 set. 2005.

SILVEIRA, A.S. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. 45 p.

STANTON, M. **Como resolver a exclusão digital**. Disponível em: <<http://www.dedbrasil.org.br/b9.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2005.

STASZKO, A. A inclusão digital do idoso e as influências na sua qualidade de vida. In: _____. **Inclusão digital**: pressupostos teóricos. Curitiba: CDI/PR, 2005. p. 34-37.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: MCT, 2000.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Dados Pessoais

1. Grau completo de escolaridade:

- a. () Graduação
- b. () Especialização
- c. () Mestrado
- d. () Doutorado
- e. () Pós-doutorado

2. Faixa etária:

- a. () até 30 anos
- b. () de 31 a 40 anos
- c. () de 41 a 50 anos
- d. () de 51 a 60 anos
- e. () mais de 60 anos

3. Departamento ao qual está vinculado:

- a. () Administração
- b. () Antropologia
- c. () Ciências Sociais
- d. () Comunicação Social com habilitação em Jornalismo
- e. () Direito Público
- f. () Economia
- g. () Filosofia
- h. () Gestão da Informação
- i. () Informática
- j. () Planejamento e Administração Escolar
- l. () Psicologia
- m. () Teoria e Fundamentos da Educação
- n. () Teoria e Prática de Ensino

Dados sobre o tema**4. Conhece algum projeto de INCLUSÃO DIGITAL?**

() sim () não

Caso afirmativo, qual(is)?

5. Em relação à execução de PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL , qualifique cada item listado abaixo, conforme a seguinte escala:

1. é essencialmente uma barreira

2. é uma barreira

3. talvez seja uma barreira

4. não considero uma barreira

- a. () falta de recursos financeiros para aquisição de equipamentos individuais para posterior aplicação do que foi aprendido nos projetos
- b. () falta de instrutores capacitados para ensinar as pessoas a utilizarem os recursos disponíveis nos programas computacionais e na Internet
- c. () falta de divulgação dos projetos
- d. () dificuldade geográfica para acesso aos projetos
- e. () falta de apoio dos governantes e políticos
- f. () falta de continuidade e lisura nos projetos
- g. () criminalidade nas localidades mais pobres, onde normalmente são desenvolvidos os projetos de inclusão

Outro(s) fator(es). Indique:

h. () _____

6. Qualifique cada fator de EXCLUSÃO DIGITAL listado abaixo, seguindo a seguinte escala:

1. é essencialmente um fator condicionante

2. é um fator condicionante

3. talvez seja um fator condicionante

4. não considero um fator condicionante

a. () ausência de acessórios e conexões nas residências

b. () falta de domínio de indivíduos em relação aos recursos da Internet como ferramenta de acesso a informações

c. () fatores pessoais de ordem psicológica (como falta de paciência, medo etc.) interferindo no acesso à tecnologia

d. () não utilização do computador como instrumento mediador de conhecimento

e. () ausência de conhecimento de recursos adicionais que permitam um melhor uso dos programas computacionais

Outro(s) fator(es). Indique:

f. () _____

7. A exclusão digital tem interferido no seu cotidiano de ensino?

() sim () não

Caso afirmativo, como interfere?

8. Entre seus alunos, há “digitalmente excluídos”?

() sim () não () não sei

Em caso afirmativo, qual tem sido a sua prática pessoal em relação a eles?

9. Como definiria a exclusão digital?

ANEXOS

ANEXO 1 – DEPARTAMENTOS DA UFPR

Setor de Ciências Agrárias

AE – Economia Rural e Extensão
AF – Fitotecnia e Fitossanitarista
AL – Solos e Engenharia Agrícola
AV – Medicina Veterinária
AZ – Zootecnia
AS – Ciências Florestais
AT – Engenharia e Tecnologia Florestal
AVP – Medicina Veterinária – Palotina

Setor de Ciências Biológicas

BA – Anatomia
BB – Botânica
BC – Biologia Celular
BF – Fisiologia
BG – Genética
BP – Patologia Básica
BQ – Bioquímica
BT – Farmacologia
BZ – Zoologia
BE – Educação Física

Setor de Ciências Exatas

CD – Desenho
CE – Estatística

CF – Física
CI – Informática
CM – Matemática
CQ – Química

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

HA – ArtesHC - Sociologia
HD – Design
HE – Letras Estrangeiras Modernas
HF – Filosofia
HH – História
HL – Lingüística
HP – Psicologia
HS – Antropologia
HT – Comunicação Social
HTT – Turismo

Setor de Ciências Jurídicas

DB – Direito Público
DC – Direito Civil e Processual Civil
DP – Direito Penal e Processual Penal
DV – Direito Privado

Setor de Ciências da Saúde

MA – Nutrição
MB – Farmácia
MC – Cirurgia
MD – Pediatria
ME – Estomatologia
MF – Medicina Forense e Psiquiatria
ML – Oftalmo-Otorrinolaringologia
MM – Clínica Médica
MN – Enfermagem
MO – Odontologia Restauradora
MP – Patologia Médica
MS – Saúde Comunitária
MT – Tocoginecologia
STO – Terapia Ocupacional (alocada na coordenação)

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

AS – Administração Geral e Aplicada
SE – Economia
SC – Contabilidade
SIN – Ciência e Gestão da Informação

Setor de Ciências da Terra

GA – Geomática
GB – Geografia
GC – Geologia
RB – Biologia Marinha

Setor de Educação

EM – Teoria e Prática de Ensino
EP – Planejamento e Administração Escolar
ET – Teoria e Fundamentos da Educação

Setor de Tecnologia

TA – Arquitetura e Urbanismo
TC – Construção Civil
TE – Eletricidade
TH – Hidráulica e Saneamento
TM – Mecânica
TQ – Engenharia Química
TT – Transportes

**ANEXO 2 – PROFESSORES DOS DEPARTAMENTOS DA UFPR,
ESCOLHIDOS PARA A APLICAÇÃO DA PESQUISA**

Departamento de Administração

1. Acyr Seleme;
2. Ana Paula Mussi Cherobim;
3. André R. Ruediger;
4. Andrea Paula Segatto Mendes;
5. Antonio Barbosa Lemes Junior;
6. Carlos Habovski Roberts;
7. Claudio Miessa Rigo;
8. Clóvis Luiz Machado da Silva;
9. Darli Rodrigues Vieira;
10. Edison Luiz Rodak;
11. Elizabeth Kruger;
12. Ellen Topanotti;
13. Fabio Zugmam;
14. Fernando Previdi Motta;
15. Freddy Jacques Santos Lima K;
16. Gerson Bittencourt G.Santos;
17. Hamilton de Lacerda Suplicy Jr.;
18. Herbert Antônio José Age;
19. João Carlos da Cunha;
20. João Carlos Motti;
21. Joel Souza e Silva;
22. José Amaro dos Santos;
23. José Augusto Lara dos Santos;
24. José Henrique de Faria;
25. José Ricardo Vargas de Faria;
26. Jose Roberto Thomal;
27. Josiane Becker;
28. Julia Furlanetto Graeff;
29. Laércio Lhoret;
30. Lauro Artur Guimarães Ribeiro;
31. Lauro Luiz Hanke;
32. Luiz Augusto Giordano Rocha;
33. Luiz Henrique Fortes Braga;
34. Lysane Abagge Gomes;
35. Marcelo Coser;
36. Marciano de Almeida Cunha;
37. Marcos Domakoski;
38. Mário Rodrigo Fernandes Maia;
39. Mauro Kummer;

40. Mírian Palmeira;
41. Murilo Andrade;
42. Nelson Hauch;
43. Osmar Rocha;
44. Otávio Campos Fischer;
45. Paulo de Paula Baptista;
46. Paulo Prado;
47. Paulo Roberto Rocha Kruger;
48. Pedro José Steiner Neto;
49. Péricles José Pires;
50. Rivanda Teixeira;
51. Rodrigo Arruda Sanchez;
52. Rodrigo Silveira Souto;
53. Romeu Rossler Telma;
54. Sergio Bulgacov;
55. Zaki Akel Sobrinho.

Departamento de Antropologia

1. Andréa Carvalho Mendes de Oliveira Castro;
2. Carlos Alberto de Freitas Balhana;
3. Christine Alencar Chaves;
4. Ciméa Barbato Bevilaqua;
5. Edilene Coffaci de Lima;
6. Igor Chmyz;
7. Liliana de Mendonça Porto;
8. Lorenzo Gustavo Macagno;
9. Marcos Pazzanese Duarte Lanna;
10. Marcos Silva da Silveira;
11. Maria Inês Smiljanic Borges;
12. Maria Regina Mendonça Furtado;
13. Ricardo Cid Fernandes;
14. Rosângela Digiovanni;
15. Sandra Jacqueline Stoll;
16. Selma Baptista;

Departamento de Ciências Sociais

1. Adriano N. Codato;
2. Alfio Brandenburg;
3. Ana Luísa F. Sallas;
4. Ana Rubini Trovão;
5. Ângela Ferreira
6. Ângelo José da Silva;
7. Benilde M. L. Motim;
8. Daniel Cardoso;
9. Dimas Floriani;
10. José Miguel Rasia;

11. Márcio S. B. de Oliveira;
12. Maria Tarcisa S. de Béga;
13. Marlene Tamanini;
14. Meryl Adelman;
15. Milena Martinez;
16. Nelson R. de Souza;
17. Osvaldo H. da Silva;
18. Paulo Roberto Costa;
19. Pedro R. B. de Moraes;
20. Renato Perissinotto;
21. Ricardo de Oliveira;
22. Sérgio Soares Braga;
23. Solange Demeterco;
24. Tânia Verona.

Departamento de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo

1. Carlos Rocha;
2. João Somma;
3. Juliane Bazzo;
4. Kelly Prudêncio;
5. Luiz Paulo Maia;
6. Maria Lucia Becker;
7. Monica A. Brito Arouca;
8. Myrian Del Vecchio de Lima;
9. Rosa Maria C. Dalla Costa.

Departamento de Direito

1. Alcides Munhos;
2. Alfredo de Assis Gonçalves neto;
3. Ana Cláudia Bento Graf;
4. Ângela Cássia Costadello;
5. Antônio Alves do Prado Filho;
6. Betina Treiger Grupenmacher;
7. Carlos Eduardo Manfredini Hapner;
8. Carlos Joaquim F.;
9. Celso Ludwig;
10. Cirino Juarez;
11. Edson Isfer;
12. Eduardo Talamini;
13. Elimar Zani;
14. Elizeu de Moraes Correa;
15. Ernani Malachini;
16. Gilda Muniz;
17. Guilherme Marinoni;
18. Ivan Curi;
19. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho.;

20. João Gualberto Garcez Ramos
21. Joaquim R. Munhoz de Mello;
22. José Perez Gediél;
23. Katie Argüello;
24. Katya Kozi;
25. Luis Alberto Machado;
26. Luís Chemin Guimarães;
27. Luís Edson Fachin;
28. Luiz Amaral;
29. Manoel Caetano Ferreira Filho;
30. Márcia Carla Pereira Ribeiro;
31. Marilza Martinelli;
32. Nilton Bussi;
33. Rogério Dias;
34. Rogério Distéfano;
35. Rolf Koerner Lacerda;
36. Sérgio Cruz A..;
37. Sérgio Eroulths Seleme;
38. Tatyana Friedrich;
39. Wilson Ramos.

Departamento de Economia

1. Adilson Antônio Volpi;
2. Adriana Sbicca Fernandes;
3. Aldair Tarcisio Rizzi;
4. Ana Lúcia Jansen de Mello de Santana;
5. Ângela Welters;
6. Armando João Dalla Costa;
7. Armando Vaz Sampaio;
8. Blas Enrique Caballero Nunez;
9. Cássio Frederico Camargo Rolim;
10. Claus Magno Germer;
11. Dayani Cris de Aquino;
12. Demian Castro;
13. Denise Maria Maia;
14. Divonzir Lopes Beloto;
15. Fabiano Abranches Silva Dalto;
16. Fábio Dória Scatolin;
17. Flávio de Oliveira Gonçalves;
18. Franciose Iatski de Lima;
19. Francisco Paulo Cipolla;
20. Gustavo Inácio de Moraes;
21. Huáscar Fialho Pessali;
22. Iara Vigo de Lima Onate;
23. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão;
24. José Benedito de Paula;

25. José Gabriel Porcile Meirelles;
26. José Luís da Costa Oreiro;
27. José Moraes Neto;
28. José Wladimir Freiras da Fonseca;
29. Luciano Nakabashi;
30. Luiz Alberto Esteves;
31. Luiz Antônio Domakosky;
32. Luiz Antonio Lopes;
33. Luiz Vamberto Santana;
34. Luiz Xiscatti;
35. Marcelo Luiz Curado;
36. Márcio José Vargas da Cruz;
37. Mariano de Matos Macedo;
38. Mauricio Aguiar Serra;
39. Mauricio Vaz Lobo Bittencourt;
40. Nilson Maciel de Paula;
41. Othon Juruá Rolim de Souza Reis;
42. Patrícia Rosentaski de Oliveira;
43. Paulo Mello Garcias;
44. Pulquerio Figueiredo Bittencourt;
45. Victor Manoel Pelaez Alvarez;
46. Walter Tadahiro Shima.

Departamento de Filosofia

1. Alexandre Gomes Pereira;
2. Andre de Macedo Duarte;
3. Anita Helena Schlesener;
4. Breno Hax Junior;
5. Eduardo Salles de Oliveira Barra;
6. Emmanuel Appel;
7. Joel Alves de Souza;
8. José Luiz de Souza Maranhão;
9. Luiz Antonio Alves Eva;
10. Luiz Damon Santos Moutinho;
11. Maria Isabel de Magalhães Papaterra Limongi;
12. Paulo Vieira Neto;
13. Pedro Costa Rego;
14. Rodrigo Brandão;
15. Vinicius Berlendis de Figueiredo;
16. Vivianne de Castilho Moreira.

Departamento de Gestão da Informação

1. Andréia Bier Serafim;
2. Cecília L. S. R. e Medina Fabian;
3. Denise Tsunoda;
4. Edmeire Cristina Pereira;

5. Fábio Mendonça;
6. Helena de Fátima Nunes;
7. José Simão de Paula Pinto;
8. Leilah Santiago Bufrem;
9. Ligia Leindorf Bartz Kraemer;
10. Luciana Helena Vieira Carvalho;
11. Maria do Carmo Duarte Freitas;
12. Patrícia Zeni Marchiori;
13. Ricardo Triska;
14. Sônia Maria Breda;
15. Suely Ferreira da Silva;
16. Ulf Gregor Baranow;
17. Vera Lúcia B. Chagas.

Departamento de Informática

1. Alexandre Ibrahim Direne;
2. André Luiz Pires Guedes;
3. Antônio Edison Urban;
4. Armando Luiz Nicolini Delgado;
5. Aurora Trindad Ramirez Pozo;
6. Bruno Müller Júnior;
7. Carmem Satie Hara;
8. Cristina Duarte Murta;
9. Elenice Mara Matos Novak;
10. Elias Procópio Duarte Jr.;
11. Heinz Arthur Niederheitmann Jr.;
12. Hélio Pedrini;
13. Heraldo Maciel França Madeira;
14. Jair Donadelli Jr.;
15. Laura Sánchez García;
16. Leôncio Saraiva Madruga;
17. Luciano Silva;
18. Marcos Alexandre Castilho;
19. Marcos Sfair Sunye;
20. Martin Alejandro Musicante;
21. Nelson Suga;
22. Olga Regina Pereira Bellon;
23. Paulo Eliseu Portella;
24. Renato José da Silva Carmo;
25. Roberto André Hexsel;
26. Roberto de Fino Bentes;
27. Setembrino Soares Ferreira Jr.;
28. Silvia Regina Virgilio;
29. Wagner Machado Nunan Zola.

Departamento de Planejamento e Administração Escolar

1. Acácia Zeneida Kuenzer;
2. Ana Carolina S. Duarte;
3. Ana Cristina G. P.;
4. Ana Lúcia Silva Ratto;
5. Ana Paula Sasarama;
6. Andréa Barbosa Gouveia;
7. Andréa do Rocio Caldas;
8. Ângelo Ricardo de Souza;
9. Carmem de Sá Brito Sigwalt;
10. Cristina Azra Barrenechea;
11. Emilene da C. Novak;
12. Geraldo Almeida;
13. Gizele de Souza;
14. Gracialino da Silva Dias;
15. Jussara Maria T. Puglielli Santos;
16. Laura Ceretta Moreira;
17. Ligia Regina Klein;
18. Maria Aparecida da Silva;
19. Maria Aparecida Zanetti;
20. Maria Célia Barbosa Aires;
21. Maria Madselva Ferreira Feiges;
22. Maria Tereza Carneiro Soares;
23. Marilene A. Amaral Bertolini;
24. Moacir de Oliveira Cardoso;
25. Mônica Ribeiro da Silva;
26. Noela Invernizzi Castillo;
27. Odilon Carlos Nunes;
28. Paulo Ricardo Ross;
29. Regina Cely de Campos;
30. Regina Luque;
31. Regina Maria Michelotto;
32. Ricardo Antunes de Sá;
33. Rose Meri Trojan;
34. Rubia Spolini;
35. Sônia Fátima Schwendler;
36. Sônia Maria Guariza de A. Miranda;
37. Susana da Costa Ferreira;
38. Taís Moura Tavares;
39. Yvelise F. de Souza Arco Verde.

Departamento de Psicologia

1. Alexandre Dittrich;
2. Amer Cavalheiro Hamdan;
3. Beatriz São Tiago da Costa Pereira;
4. Carlize Regina Ogg Nascimento;

5. Carolina Ribeiro Ambrózio;
6. Elaine Cristina Schmitt;
7. Eneida M.;
8. Gilka Correia;
9. Iara Picchioni Thielen;
10. Jamil Zogueib Neto;
11. Joyce Mara Kolinski Fischer;
12. Juarez Marques de Medeiros;
13. Laisa Weber;
14. Lídia Natália D. Weber;
15. Luciana Albanese Valore;
16. Maitê Fernanda Jonsson;
17. Márcia Ramos de Sá Guimarães;
18. Maria Eliza Guisti;
19. Maria Teresa Castelo Branco;
20. Maria Virginia F. C. Grassi;
21. Mirian A. G. de Souza Pan;
22. Norma da Luz F. Zandoná;
23. Ronaldo Câmara Barra;
24. Sady Raul Pereira;
25. Saint Clair Bahis;
26. Sandra Suely Soares Bergonsi;
27. Sidney Nilton de Oliveira;
28. Silvane Miotto Vilas Boas;
29. Simone Aparecida Lisniowski;
30. Suzane Schmidlin Lohr.

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação

1. Américo Agostinho Rodrigo Walger;
2. Carlos Eduardo Vieira;
3. Clara Brener Mindal;
4. Claudia Barcelos de Moura Abreu;
5. Cleusa Valério Gabardo;
6. Cristina Frutuoso Teixeira;
7. Elisabeth Christmann Ramos;
8. Gelson João Tesser;
9. Gislaine Cristhiane Berri de Sousa;
10. Helga Loos;
11. Hilton Costa;
12. José Vicente Augusto das Neves Miranda;
13. Karen Franklin da Silva;
14. Liane Maria Bertucci Martins;
15. Luciana da Silva Teixeira;
16. Marcus Levy Albino Bencostta;
17. Maria Augusta Bolsanello;
18. Maria de Fátima Quintal Freitas;

19. Marta Pinheiro;
20. Neyre Correia da Silva;
21. Nilson Fernandes Dinis;
22. Paulo Vinicius Baptista da Silva;
23. Roberto Wu;
24. Sandra Regina Kirchner Guimarães;
25. Sônia Buck;
26. Suzane Schimidlin Lohr;
27. Tamara da Silveira Valente;
28. Tânia Stoltz;
29. Udo Baldur Moosburger;
30. Valéria Luders;
31. Vera Regina Beltrão Marques;
32. Wilson Silva.

Departamento de Teoria e Prática de Ensino

1. Alcione Luis Pereira Carvalho;
2. Altair Pivovar;
3. Ana Maria Petraitis Liblik;
4. Araci Asinelli da Luz;
5. Carlos Eduardo Vieira;
6. Cássio Joaquim Moletta;
7. Christiane Gioppo;
8. Dalnei Bagatin Pereira;
9. Deise Cristina de Lima Picanço;
10. Eliane C. A. Precoma;
11. Elisa Maria Dalla Bona;
12. Erica Piovam;
13. Ettiene Cordeiro Guérios;
14. Fátima Said;
15. Fernanda S. Simões da Silva;
16. Flávio Arns;
17. Geraldo Balduino Horn;
18. Gilberto de Castro;
19. Glória Lúcia Perini
20. Guilherme Gabriel Ballande Romanelli;
21. Henrique Evaldo Janzen;
22. Ivanilda Higa;
23. James Joly;
24. Jean Carlos Moreno;
25. Juliana Gisi Martins de Almeida;
26. Marcelo Moraes e Silva;
27. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira;
28. Maria Rita de Assis César;
29. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt;
30. Maria Iliane Borba Macuco;
31. Martha G. G. de Sánchez;

32. Mauricio Mogilka;
33. Nádia Gaiofatto Gonçalves;
34. Neusa Tauscheck;
35. Névio de Campos;
36. Odisséa Boaventura de Oliveira;
37. Palmira Sevegnani de Freitas;
38. Rosicler Terezinha Goedert;
39. Sandra Guimarães Sagatio;
40. Serlei Maria Fischer Ranzi;
41. Sônia Maria C. Haracemiv;
42. Sonia Maria Marchiorato Carneiro;
43. Tânia Maria Baibich;
44. Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia;
45. Tania Teresinha Bruns Zimer;
46. Vera Lúcia Anunciação Costa;
47. Verônica Branco;
48. Vilma M. Barra;
49. Wanirley Pedroso Guelfi.